Síria: é possível derrotar a intervenção imperialista e a ditadura Assad

Páginas 11, 12 e 13

Opinião Socialista

WWW.PSTU.ORG.BR ► NÚMERO 468 ► 18 DE SETEMBRO A 1 OUTUBRO DE 2013 ► ANO 16

R$ 2

Não ao leilão do pré-sal!

Ele está de olho no nosso petróleo!

Enquanto os EUA espionam a Petrobras, o governo quer leiloar o pré-sal. Dilma, suspenda os leilões do petróleo!

Páginas 8, 9 e 10

Fotomontagem: Romerito Pontes

Protestos: governos intensificam repressão

Página 7

Campanhas salariais avançam em todo o país

Páginas 4 e 5

Preparação do I Encontro Nacional do MML avança na base

Páginas 14 e 15

CRAQUE... – Mais uma vez, o ex-jogador Pelé abriu a boca para falar bobagem. Em uma entrevista recente disse que é preciso esquecer protesto, pois não haveria mais tempo de rever gastos para viabilização da Copa do Mundo.

... EM FALAR BOBAGENS – *"Não vai dar tempo para ver o que foi gasto. Então vamos aproveitar para arrecadar com turismo e compensar o dinheiro que foi roubado dos estádios"*, disse Pelé que, pela segunda vez, se posicionou contra as manifestações.

SINHAZINHA

Kátia Abreu, a senadora latifundiária, líder da bancada ruralista no Congresso, contrária à PEC do trabalho escravo, presidente da CNA e representante do agronegócio, em declaração à imprensa, tentou tirar a responsabilidade do agronegócio sobre a situação atual dos povos indígenas. *"O que se vê, no noticiário propagado pelas próprias ONGs, são índios com problemas de nutrição, alcoolismo, gravidez na adolescência, sem escola ou em isolamento. Questões que são verdadeiras, mas que não dependem de terra, e sim de assistência social"*, disse.

PÉROLA

"Porque eu quis. Pode ir lá e denunciar."

CAPITÃO BRUNO, da Tropa de Choque do Distrito Federal, ao ser questionado sobre porque jogou gás pimenta em manifestantes pacíficos nos protestos do dia 7 de setembro.

CHARGE

AGRADECIMENTOS

Apesar das ações truculentas da PM do Distrito Federal nos protestos do dia 7 de setembro, denunciadas até pela OAB-DF, a tropa foi elogiada pelo governador Agnelo Queiroz (PT). Com o título "agradecimentos", uma nota publicada no site da PM-DF elogia o *"forte esquema de segurança"*. *"O governador do Distrito Federal, Agnelo Queiroz, o secretário de segurança pública, Sando Avelar, e o comando da Polícia Militar parabenizam a todos os policiais militares que trabalharam direta e indiretamente no policiamento na área central de Brasília em função das comemorações do Dia da Independência"*, diz a nota. Capitão Bruno agradece.

ASSASSINO SOLTO

Adriano Chafik, fazendeiro e mandante do crime que ficou conhecido como Massacre de Felisburgo, teve sua liberdade concedida pelo Superior Tribunal de Justiça e volta à liberdade depois de 18 dias de detenção. Réu confesso da chacina que matou quatro fiscais do Ministério do Trabalho, ocorrida em 2004, que investigavam trabalho escravo na região, já conseguiu adiar por cinco vezes seu julgamento. A próxima data marcada é no dia 10 de outubro e está prevista para acontecer no Fórum Lafayette, em Belo Horizonte (MG).

NA BALA

Na manhã do dia 10, o subsecretário de Segurança Pública da Bahia, Ari Pereira, fez disparos com arma de fogo contra manifestantes do MST que estavam na frente da sede da Secretaria de Segurança Pública (SSP-BA). Os manifestantes entraram no prédio e pretendiam subir as escadas quando foram surpreendidos por disparo de arma de fogo. Ninguém foi ferido. O governador Jaques Wagner (PT) defendeu a ação do subsecretário, alegando que a secretaria não poderia ser *"invadida por uma porção de gente com foice, facão e enxada"*. Os manifestantes, acampados desde o dia 9 de setembro na frente da sede do Incra, pedem a investigação da morte de um jovem durante os conflitos decorrentes da questão latifundiária no interior do estado, além de exigir a reforma agrária. O grupo quer que a Secretaria de Segurança Pública interfira nas negociações. Pelo que se viu já dá pra saber de que lado a secretaria e o governo estão.

Metalúrgicos da Scania de São Bernardo entram em greve

JORGE LOPES, de São Bernardo do Campo **(SP)**

Os trabalhadores da Scania de São Bernardo dos Campos, na região do ABC paulista, entraram em greve nesse dia 16. A principal reivindicação dos trabalhadores é a manutenção do cálculo da PLR (Participação nos Lucros e Resultados) que hoje é por "Percentual de Unidade", mas que a empresa quer mudar num momento em que tem recordes de venda.

Os trabalhadores foram contra a vontade da direção do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, que queria evitar a greve, e decidiram cruzar os braços. A disposição dos operários em partir para a greve surpreendeu a direção da empresa e do sindicato.

DISPOSIÇÃO DE LUTA

Na Scania, a maioria dos trabalhadores são jovens. Essa está sendo a primeira greve de muitos deles. Estes jovens, junto aos mais velhos, estão demonstrando um grande descontentamento com a lógica de sindicalismo pregada pela CUT nos últimos anos, marcada por acordos que retiraram direitos e postos de trabalho. Tudo para salvar os lucros das empresas diante das ameaças de sair da região do ABC e para preservar o governo do PT, que está a serviço das grandes multinacionais. Isso fica evidente na desconfiança dos operários com relação à direção do sindicato, que vacilou o tempo todo.

Está claro ainda que essa não é simplesmente uma luta pelo PLR. A empresa está batendo recordes de vendas, e os trabalhadores, indignados, sabem que é a hora de lutar pelos seus interesses. Ainda mais pelo alucinante ritmo de trabalho que está sendo imposto, arrebentando a saúde dos operários.

É uma luta que vem embalada pelas mobilizações massivas dos últimos meses, que se expressa no sentimento de que é possível lutar e vencer.

UNIFICAR AS LUTAS

Essa disposição de luta também se expressou na planta da Mercedes em São Bernardo, onde 7 mil operários realizaram uma assembleia nesse dia 15, contra a ameaça de demissões da montadora. A empresa quer transferir a produção para outra planta e demitir milhares de trabalhadores.

É preciso barrar a entrega do petróleo!

Em junho, enquanto gigantescas passeatas sacudiam o país, os governos tentaram, desesperadamente, evitar que as mobilizações se chocassem de frente com eles. Por isso recuaram do aumento das passagens em boa parte das capitais. O Congresso Nacional votou transformar a corrupção em crime hediondo, mesmo sabendo que a maioria absoluta dos parlamentares é corrupta. Por um momento, as instituições tentaram se mostrar decentes e de acordo com a vontade do povo brasileiro.

Mas bastou que houvesse uma redução nas mobilizações para que tudo voltasse ao que era antes. Natan Donadon, o deputado que foi preso em junho, 10 anos após ser julgado, teve seu mandato mantido pelo Congresso. O julgamento do mensalão caminha, agora, para mais uma pizza.

E, agora, o governo Dilma está se preparando para realizar a maior entrega de petróleo ao capital estrangeiro. Seria difícil que Dilma fizesse isso no clima das mobilizações de junho.

O leilão do petróleo do pré-sal é uma afronta contra o povo brasileiro. Pior mesmo que a entrega das telefônicas por FHC. Os campos de petróleo de Libra estão avaliados em cerca de US$ 1,5 trilhão e serão leiloados por um preço quase 250 vezes menor (R$ 15 bilhões). E isso vai ser feito por um governo petista que, na campanha eleitoral, denunciou as privatizações do PSDB.

Como sempre, o governo petista está tentando enganar os trabalhadores e os jovens dizendo que os royalties pagos pelas multinacionais assegurarão o investimento de 10% PIB para educação. Trata-se de uma mentira para justificar o injustificável. A Auditoria Cidadã da Dívida demonstrou que, no máximo, esses royalties significariam 0,6% do PIB em 2022.

Na verdade, trata-se de entrega do patrimônio público para empresas multinacionais, exatamente como fez o PSDB.

A CSP-Conlutas vai fazer uma grande campanha contra os leilões do petróleo, que inclui uma moção que deve ser estendida a todos os sindicatos, exigindo que Dilma suspenda os leilões. Essa campanha deve culminar em uma mobilização nacional nos dias 17 e 18 de outubro contra os leilões, que estão marcados para o dia 21.

Todos os que defendem uma Petrobras 100% estatal devem se integrar nessa campanha. É hora, também, de que todos os ativistas que ainda continuam apoiando o PT façam sua experiência. Esses petistas deveriam ajudar a construir a campanha para exigir que Dilma suspenda os leilões. E deveriam tirar suas próprias conclusões, caso Dilma mantenha os leilões.

Endereços das sedes

SEDE NACIONAL

Av. 9 de Julho, 925
Bela Vista - São Paulo - SP
CEP 01313-000 | Tel. (11) 5581.5776
www.pstu.org.br
www.litci.org

pstu@pstu.org.br
opiniao@pstu.org.br
assinaturas@pstu.org.br
juventude@pstu.org.br
lutamulher@pstu.org.br
gayslesb@pstu.org.br
racaeclasse@pstu.org.br

ALAGOAS

MACEIÓ - maceio@pstu.org.br | pstual.blogspot.com

AMAPÁ

MACAPÁ - Av. Sergipe, 407 - CEP. 68908-310. Bairro Pacoval. Tel: (96) 3224.3499 | macapa@pstu.org.br

AMAZONAS

MANAUS - R. Luiz Antony, 823 - Centro. (92) 234.7093
manaus@pstu.org.br

BAHIA

SALVADOR - R. da Ajuda, 88, sala 301 - Centro. (71) 3015.0010 pstubahia@gmail.com
pstubahia.blogspot.com
CAMAÇARI - R. Emiliano Zapata, s/n - CEP 42800-910 - Nova Vitória

CEARÁ

FORTALEZA - R. Juvenal Galeno, 710 - Benfica. (85) 3044.0056
fortaleza@pstu.org.br

JUAZEIRO DO NORTE - R. São Miguel, 45 - São Miguel.
(88) 8804.1551

DISTRITO FEDERAL

BRASÍLIA - SCS Quadra 6, Bloco A, Ed. Carioca, sala 215 - Asa Sul.
(61) 3226.1016 | brasilia@pstu.org.br
pstubrasilia.blogspot.com

GOIÁS

GOIÂNIA - Rua 237, nº 440, Qd-106, Lt- 28, casa 02 - Setor Leste Universitário.
(62) 3541.7753 | goiania@pstu.org.br

MARANHÃO

SÃO LUÍS - Av. Newton Bello, 496, sala 10 - Monte Castelo.
(98) 8812.6280/8888.6327
saoluis@pstu.org.br
pstumaranhao.blogspot.com

MATO GROSSO

CUIABÁ - Av. Couto Magalhães, 165 - Jd. Leblon. (65) 9956.2942/9605.7340

MATO GROSSO DO SUL

CAMPO GRANDE - Av. América, 921 - Vila Planalto.
(67) 3331.3075/9998.2916
campogrande@pstu.org.br

MINAS GERAIS

BELO HORIZONTE - Edifício Vera Cruz, R. dos Goitacazes 103, sala 2001.
bh@pstu.org.br | minas.pstu.org.br

BETIM - (31) 9986.9560

CONTAGEM - R. França, 352, sala 202 - Eldorado. (31) 2559.0724

ITAJUBÁ - Av. Engenheiro Pedro Fonseca Paiva, 188/303 - Bairro Avenida. (35) 8402.1647

JUIZ DE FORA - Av. Rio Branco, 1310 (sobrado) - Centro. pstu16juizdefora@gmail.com

MARIANA - Rua Jequitibá nº41, Bairro Rosário. (31) 8837-0478 | pstumariana@gmail.

UBERABA - R. Tristão de Castro, 127. (34) 3312.5629 | uberaba@pstu.org.br

UBERLÂNDIA - (34) 8807.1585

PARÁ

BELÉM - Av. Almirante Barroso, Nº 239, Bairro: Marco. Tel: (91) 3226.6825
belem@pstu.org.br

PARAÍBA

JOÃO PESSOA - Av. Apolônio Nobrega, 117. Bairro Castelo Branco (83) 241-2368. joaopessoa@pstu.org.br

PARANÁ

CURITIBA - Av. Vicente Machado, 198, C, 201. Centro

MARINGÁ - R. Taí, 597, Sala 11. Centro. Sarandi-PR (44) 9963-5770 | (44) 9944-2375

PERNAMBUCO

RECIFE - Rua do Príncipe, 106, Soledade, Recife-PE CEP 50050-410
pernambuco@pstu.org.br
www.pstupe.org.br

PIAUÍ

TERESINA - R. Quintino Bocaiúva, 421.
teresina@pstu.org.br
pstupiaui.blogspot.com

RIO DE JANEIRO

RIO DE JANEIRO - R. da Lapa, 180 - Lapa. (21) 2232.9458
riodejaneiro@pstu.org.br | rio.pstu.org.br

MADUREIRA - Av. Ministro Edgard Romero, 584/302. Próx ao CDD Correios de Vaz Lobo.

DUQUE DE CAXIAS - Av. Brigadeiro Lima e Silva, 2048, sala 404 - Centro.
d.caxias@pstu.org.br

NITERÓI - Av. Visconde do Rio Branco, 633/308 - Centro.
niteroi@pstu.org.br

NORTE FLUMINENSE - R. Teixeira de Gouveia, 1766, Fundos - Centro de Macaé. (22) 2772.3151

NOVA FRIBURGO - R. Guarani, 62 - Cordoeira

NOVA IGUAÇU - R. Barros Júnior, 546 - Centro

VALENÇA - sulfluminense@pstu.org.br

VOLTA REDONDA - R. Neme Felipe, 43, sala 202 - Aterrado.
(24) 3112.0229 | sulfluminense@pstu.org.br | pstusulfluminense.blogspot.com

RIO GRANDE DO NORTE

NATAL - Av. Rio Branco, 762 - Cidade Alta - (ao lado do Centro de Atendimento ao Cidadão). (84) 2020.1290. natal@pstu.org.br.
psturn.blogspot.com

RIO GRANDE DO SUL

PORTO ALEGRE - R. General Portinho, 243 - Porto Alegre.
(51) 3024.3486/3024.3409
portoalegre@pstu.org.br
pstugaucho.blogspot.com

GRAVATAÍ - R. Dinarte Ribeiro, 105 - Morada do Vale I. (51) 9864.5816

PASSO FUNDO - Av. Presidente Vargas, 432, sala 20 - Galeria Dom Guilherm.
(54) 9993.7180

SANTA CRUZ DO SUL - (51) 9807.1722

SANTA MARIA - (55) 9922.2448

SANTA CATARINA

FLORIANÓPOLIS - R. Nestor Passos, 77 - Centro. (48) 3225.6831
floripa@pstu.org.br

CRICIÚMA - R. Imigrante Meller, 487 - Pinheirinho. (48) 3462.8829/9128.4579
pstu_criciuma@yahoo.com.br

SÃO PAULO

SÃO PAULO - saopaulo@pstu.org.br

CENTRO - R. Florêncio de Abreu, 248 - São Bento. (11) 3313.5604

ZONA LESTE - R. Eduardo Prim Pedroso de Melo, 18 - São Miguel. (11) 99150 3515

ZONA SUL - R. Julio Verne, 28 - Santo Amaro. (11) 99850 0170

ZONA OESTE - R. Alves Branco, 65 - Lapa de Baixo. (11) 98195 6893

BAURU - R. Antonio Alves, 6-62 - Centro. CEP 17010-170.
bauru@pstu.org.br

CAMPINAS - R. Saudanha Marinho, 990. (19) 3201.5672 | campinas@pstu.org.br

GUARULHOS - Cônego Valadão, 325, Gopoúva. (11) 4966.0484

MOGI DAS CRUZES - R. Prof. Floriano de Melo, 1213 - Centro. (11) 9987.2530

PRESIDENTE PRUDENTE - R. Cristo Redentor, 101, sala 5 - Jardim Caiçara. (18) 3221.2032

RIBEIRÃO PRETO - R. Monsenhor Siqueira, 614 - Campos Eliseos. (16) 3637.7242 | ribeirao@pstu.org.br

SÃO BERNARDO DO CAMPO - R. Carlos Miele, 58 - Centro. (11) 4339.7186 | saobernardo@pstu.org.br
pstuabc.blogspot.com

SÃO JOSÉ DOS CAMPOS - R. Romeu Carnevalli, 63, Piso 1 - Jd. Bela Vista. (12) 3941.2845 | sjc@pstu.org.br

EMBU DAS ARTES - Av. Rotary, 2917, sobreloja - Pq. Pirajuçara. (11) 4149.5631

JACAREÍ - R. Luiz Simon, 386 - Centro. (12) 3953.6122

SUZANO - (11) 4743.1365
suzano@pstu.org.br

SERGIPE

ARACAJU - Av. Gasoduto, 1538-b - Conjunto Orlando Dantas.
(79) 3251.3530 | aracaju@pstu.org.br

Greve força a patronal a negociar

PSTU-BELÉM

Em assembleia realizada no dia 10 de setembro, em frente ao Tribunal Regional do Trabalho (TRT), os operários e operárias da Construção Civil de Belém, Ananindeua e Marituba decidiram encerrar a greve de oito dias. Com muita luta contra a dureza da patronal, que foi forçada a negociar, a maioria dos trabalhadores resolveu aceitar a proposta de 9% de reajuste salarial.

Além do reajuste, a pressão dos trabalhadores também garantiu a redução do desconto do vale transporte (de 2% para 1%). Já a cesta básica, uma das principais pautas de reivindicação, foi incluída em uma cláusula na qual o sindicato patronal se compromete a ampliar o número de empresas que fornecem o benefício. Os dias parados também foram negociados. Dos oito dias, quatro serão descontados parceladamente, enquanto os outros quatro serão compensados. O desconto não afetará as férias, nem a PLR. *"Se a nossa pressão obrigou os patrões a negociar, agora vai obrigá-los a avançar na cesta básica. A luta continua, por dentro dos canteiros de obra"*, disse o vereador Cleber Rabelo (PSTU).

"A pressão da greve já nos concedeu uma vitória", disse Atnágoras Lopes, da CSP-Conlutas. Segundo ele, a força da mobilização e a paralisação de mais de 90% dos canteiros de obra fizeram com que a patronal fosse obrigada a comparecer à rodada de negociação intermediada pelo TRT.

Para o vereador de Belém pelo PSTU, Cleber Rabelo, os trabalhadores saem da greve com uma importante vitória: *"Se antes, a postura da patronal era de estimular que as empresas não garantissem cesta básica, agora terão que fazer com que elas garantam esse direito. Mas essa 'mudança de postura', que foi sinalizada na reunião de negociação, não garante o benefício por si só. Como tudo que nós conseguimos, isso só virá com muita luta."*, disse.

O reajuste salarial representa 2,6% de aumento real, um dos maiores na Construção Civil. E, apesar de não se ter avançado no tema das mulheres operárias, que foram essenciais nesta greve, destacando-se como linha de frente na luta, o sentimento da categoria é de vitória.

MANDATO A SERVIÇO DAS LUTAS

Além das conquistas econômicas, a greve também possibilitou o fortalecimento de uma alternativa política de esquerda para a categoria. O mandato do vereador Cleber Rabelo (PSTU) não só apoiou a luta dos operários como construiu a greve diariamente nos piquetes, passeatas e reuniões.

No terceiro dia de greve, o mandato operário e socialista lotou a galeria da Câmara Municipal de Belém (CMB) com os trabalhadores e trabalhadoras da Construção Civil. Devido à forte pressão, a CMB se posicionou em favor da greve dos trabalhadores e convocou o sindicato patronal a uma rodada de negociação.

A intervenção do mandato na greve possibilitou colocar em discussão projetos de lei que beneficiam os trabalhadores, tais como o que dispõe sobre a reserva de 15% das vagas para trabalhadoras da construção civil em projetos habitacionais da Prefeitura Municipal de Belém. A reserva de vagas às mulheres é parte fundamental do combate ao machismo que gera resistência à contratação de operárias no ramo. *"A luta pela aprovação dos projetos seguirá para que arranquemos vitórias políticas em favor dos trabalhadores e trabalhadoras"*, disse Cleber.

Cerca de 70 operários participaram de uma atividade com o vereador que explicou a necessidade de uma organização para lutar contra a exploração do capitalismo e libertá-los da ditadura do capital. *"Essa ferramenta, para nós, é o PSTU!"*, afirmou Rabelo. Após essa atividade, 17 operários se filiaram ao PSTU e se dispuseram a conhecer mais profundamente o partido.

VEREADOR CLEBER RABELO (PSTU-PA) à frente da passeata da Construção Civil.

Movimento Correios

ECETISTAS PARALISADOS no Distrito Federal (GO).

Apesar dos sindicatos governistas, greve continua na maioria dos estados

São Paulo e Rio encerram greve nos Correios; mas a luta da categoria continua

Da redação*

No dia 11 de setembro, trabalhadores dos Correios de São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Tocantins, Roraima e Bauru (SP) deflagraram uma greve chamada pela FINDECT (Federação Interestadual dos Trabalhadores e Trabalhadoras dos Correios), ligada ao PCdoB e a CGTB. No dia seguinte, os sindicatos ligados a FNTC (Frente Nacional dos Trabalhadores dos Correios) e a CSP-Conlutas anteciparam a greve para fortalecer e construir uma mobilização nacional. No entanto, a Frente alertava a categoria a não ter nenhuma confiança na FINDECT, que é uma federação que apoia o governo e ocupa cargos na direção da Empresa de Correios e Telégrafos (ECT).

A assembleia que deflagrou a greve em São Paulo contou com 1.600 trabalhadores, o que demonstrava muita disposição de luta da categoria. A FINDECT apostou todo o tempo na desmobilização. Na realidade, foram forçados pela categoria a ir à greve. Sabia-se, contudo, que na primeira oportunidade, não hesitariam em trair a categoria. O que terminou acontecendo no dia 13.

Apesar da disposição de luta, os trabalhadores do Rio de Janeiro, São Paulo (capital e Bauru), Tocantins e Rondônia, romperam com a unidade e decidiram acabar com o movimento grevista. Ainda assim, os sindicatos da FNTC do Rio Grande do Sul, Vale do Paraíba, Pernambuco, Paraíba e São José do Rio Preto decidiram continuar com a paralisação.

A proposta acordada entre a empresa e a FINDECT foi de reajuste salarial de 8% (ou seja, menos de 1% acima da inflação) e manutenção do acordo vigente.

Contudo, em nota, a FNTC destaca que é possível avançar e conquistar um melhor reajuste.

Sobre o plano de saúde, a entidade destaca que a categoria deve ficar alerta para as armadilhas que esse acordo pode apresentar. A categoria quer a manutenção do Correio Saúde e é contra a criação do Postal Saúde, que representa a terceirização do serviço. De acordo com a FNTC, na mesa de negociação, representantes do governo informaram que o Postal Saúde é uma realidade, que será aplicado a partir de 1° de dezembro.

Por isso, a FNTC defendeu a rejeição da proposta e encaminhou a continuidade da greve por tempo indeterminado. A empresa já acionou o TST (Tribunal Superior do Trabalho) que discute o dissídio de greve no dia 17.

**com informações da CSP-Conlutas*

A luta é por aumento real e contra leilão de Libra

CAUÊ CAVALCANTE, de Santos (SP)

A campanha reivindicatória da categoria petroleira já começou e reserva, neste ano, um duplo desafio aos trabalhadores: arrancar da Petrobras aumento real no salário base (são 17 anos apenas com reajustes pela inflação) e barrar o leilão do pré-sal no Campo de Libra.

É neste cenário, marcado pela aplicação de uma agenda privatizante do governo petista na Petrobras, que a Federação Nacional dos Petroleiros (FNP) busca mobilizar os trabalhadores com uma palavra de ordem que sintetiza o desafio colocado para a categoria: *"16,53% de aumento no salário base, sim! Leilão de Libra, não!"*.

No pacote de reivindicações, entregue à empresa no dia 8 de agosto, algumas se destacam: 10% de ganho real sobre o salário base, mais 6,53% de inflação (ICV-DIEESE); revisão do plano de cargos; fim da tabela congelada aos aposentados e pensionistas e assistência médica estendida aos pais, 100% custeada pela empresa. Outras demandas incluem uma política de segurança efetiva nas unidades e o fim das perseguições aos trabalhadores, uma vez que se espalham os casos de assédio moral, suspensões e demissões políticas.

PETROLEIROS EM ASSEMBLEIA, em Santos (SP)

PETROBRAS E FUP TENTAM DERROTAR A CATEGORIA

Mais de um mês após a entrega da pauta reivindicatória, a Petrobras ainda não apresentou nenhuma proposta aos trabalhadores. O objetivo é o mesmo dos anos anteriores: travar as negociações e esfriar a campanha, impedindo uma ação conjunta dos petroleiros com outras categorias com data-base semelhante - como bancários e correios.

Outra tática reeditada pela empresa, em parceria com a Federação Única dos Petroleiros (FUP), foi apresentar como proposta o reajuste da inflação pelo IPCA. Esta medida, que na prática divide a categoria e esvazia a campanha, foi rejeitada amplamente pelas bases da FNP. Trabalhadores ativos, aposentados e pensionistas reafirmaram que aumento pra valer é no salário base.

Infelizmente, caminho contrário vem sendo tomado pela direção da FUP. Os dirigentes fupistas estão impondo a aprovação desta proposta de maneira burocrática; em muitas bases sequer houve assembleias e em outras há relatos de votações feitas a toque de caixa. Seu atrelamento à empresa e ao governo é tão profundo que, no início da campanha, chegou a reivindicar um abono de R$ 6 mil. Com isso, incorporou como bandeira uma política da empresa repudiada pelos trabalhadores: a concessão de adicionais e gratificações, usadas pela Petrobras para desmobilizar a categoria e recusar aumento real. Subitamente, a FUP retirou esta reivindicação de sua pauta e nunca mais se tocou no assunto.

FNP ARTICULA CALENDÁRIO DE LUTAS COM OPOSIÇÕES

Como contraponto aos ataques da Petrobras e da FUP, os sindicatos que formam a FNP realizaram no dia 14 de setembro uma importante iniciativa: o 1º Seminário de Oposições Petroleiras. Além de servir para traçar os planos das eleições sindicais que se aproximam, o encontro foi usado principalmente para impulsionar, na categoria, nacionalmente, a luta contra o leilão de Libra e por aumento real no salário base.

Neste sentido, a FNP apontou para 24 de setembro uma nova mobilização: o Dia Nacional de Agitações e Concentrações. Além disso, como parte das iniciativas contra o leilão de Libra, a Federação confirmou presença na reunião de coordenação da CSP-Conlutas, que acontece nos dias 28 e 29 de setembro, e decidiu pela adesão ao calendário de lutas e atividades indicado pelos movimentos sociais que participaram da Plenária realizada em São Paulo, no dia 13 de setembro.

A lista de atividades é grande e demonstra o tamanho da tarefa que os petroleiros terão pela frente. O sucesso da campanha contra o leilão de Libra será decisivo para uma campanha salarial vitoriosa.

Metalúrgicos começam a intensificar mobilização

ANA CRISTINA SILVA, de São José dos Campos (SP)

A campanha salarial dos metalúrgicos tem data-base em 1° de setembro, mas, até agora, as negociações estão travadas. A política da patronal tem sido de enrolar nas negociações e oferecer propostas rebaixadas.

Diante da intransigência das empresas, em São José dos Campos e região, os metalúrgicos começaram a intensificar a mobilização. Em várias fábricas, já houve atraso nas entradas e, em assembleias, os trabalhadores estão votando estado de greve. Nas próximas semanas, as paralisações vão começar a pipocar na categoria.

Após quase dois meses da pauta de reivindicações ter sido enviada, os poucos grupos patronais que apresentaram propostas tentaram empurrar somente a reposição da inflação (6,07%) ou, no máximo, aumento real de menos de 1% parcelado.

A General Motors chegou a propor a aplicação do reajuste somente em janeiro, redução do piso salarial e congelamento da tabela de salários por 24 meses. Setores como o de eletroeletrônicos e máquinas propuseram parcelar o reajuste.

Os metalúrgicos lutam por um aumento de 13,5%, piso salarial de acordo com o Dieese, redução da jornada de trabalho, eleição de Delegados Sindicais e Comissões de Fábrica, entre outras reivindicações.

CONTRA OS PATRÕES E OS PELEGOS

Os metalúrgicos de São José fazem mais uma vez a campanha salarial em conjunto com Campinas, Limeira e Santos. A unidade já existe há 16 anos, desde quando os quatro sindicatos romperam com a Federação dos Metalúrgicos da CUT.

De lá pra cá, além de terem de enfrentar a ganância e os ataques da patronal, também enfrentam a traição da CUT. A Central governista tem fechado a cada ano índices rebaixados, logo no início da campanha, em acordo com as empresas. Ou pior, como neste ano, quando nem campanha salarial estão fazendo. A CUT limitou o aumento real já no ano passado em 2% nas montadoras, dividindo e isolando os metalúrgicos do setor.

Num cenário em que as empresas seguem lucrando com a generosa ajuda do governo, CUT, Força Sindical e CTB se negam a fazer um enfrentamento direto com a patronal e denunciar os ganhos das empresas, à custa do dinheiro público e da política do governo Dilma.

UNIFICAR AS CAMPANHAS SALARIAIS

Apenas com mobilização é que se conquistará a pauta de reivindicações. É preciso unificar as campanhas salariais em curso.

O Fórum de Lutas do Vale do Paraíba, que reúne sindicatos os dos metalúrgicos, petroleiros, trabalhadores dos Correios, da alimentação, químicos, entre outros, já discute a unificação das lutas das categorias que estão em campanha. Esse é o caminho para derrotar os patrões e a traição das centrais governistas.

PARALISAÇÃO DE METALÚRGICOS no dia 30 de agosto, em São José dos Campos (SP).

“Embargo infringente”, mas pode chamar de pizza

Maior julgamento de um dos maiores escândalos de corrupção pode terminar sem ninguém preso

DIEGO CRUZ, da Redação

A condenação dos réus do mensalão, o maior escândalo de corrupção do governo Lula que abalou o país em 2005, surpreendeu muita gente. Ao todo, foram condenadas 25 pessoas, incluindo figurões do PT, como o ex-ministro da Casa Civil, José Dirceu, o deputado e ex-presidente do partido José Genoíno e João Paulo Cunha. O resultado do maior julgamento da história abriu a perspectiva de vermos cenas inéditas, como o de políticos que ocuparam a linha de frente do governo indo parar atrás das grades por crimes de colarinho branco.

Os últimos lances dessa novela que se arrasta há oito anos no Supremo Tribunal Federal (STF), no entanto, nos faz lembrar do caráter de classe dessa Justiça que, ao mesmo tempo em que é dura e implacável com os pobres e marginalizados, coloca à disposição dos ricos e poderosos toda sorte de recursos. Algo que, invariavelmente, resulta em impunidade.

“EMBARGOS INFRINGENTES”

Desta feita, quando tudo parecia concluído, eis que aparecem os tais dos “embargos infringentes”, uma espécie de recurso que os réus podem utilizar para que os juízes reavaliem decisões aprovadas com uma votação apertada.

Enquanto fechávamos essa edição, tudo caminhava para a aceitação do recurso, que pode beneficiar 12 dos condenados. Cinco ministros haviam decidido por acolher o recurso, enquanto outros cinco foram contra. O desempate estava nas mãos do ministro Celso de Mello que, em 2012, já havia declarado ser favorável ao embargo.

Controvertido, os embargos infringentes constam do regulamento interno do STF, podendo ser requerido contra votações que tiverem pelo menos quatro votos de diferença. A discussão é se a Constituição de 1988 manteve esse instrumento ou não. A legalidade dos embargos é tema polêmico que divide os juristas.

O que é indiscutível é que se trata de algo absolutamente descabido no caso. Qual o sentido de um tribunal reavaliar algo que acabou de decidir? No caso do mensalão, foram meses de discussão. Não há outro sentido para isso que não o de livrar a cara dos principais protagonistas do escândalo, desta vez apostando num novo julgamento mais favorável aos réus. Os dois ministros indicados por Dilma, Teori Zavascki e Roberto Barroso, já demonstraram não ter escrúpulos em devolver o favor, votando em benefício dos mensaleiros.

Os embargos abrem uma verdadeira avenida para os réus, podendo descambar para a reversão de condenações, prescrição de crimes e a redução das penas. Ou seja, o julgamento vai se estender indefinidamente e pode, ao final, terminar sem nenhum dos principais condenados presos. O máximo de pena que gente como José Dirceu e Genoíno terá , no pior (ou melhor) das hipóteses, prisão em regime semi-aberto.

DESGASTE

Durante as jornadas de junho, uma das reivindicações mais sentidas era justamente o fim da impunidade. Não foi por acaso que a figura do ministro Joaquim Barbosa, atual presidente do STF, foi extremamente reivindicada. Diante do profundo desgaste das instituições, principalmente o Executivo e o Legislativo, o judiciário, mais especificamente o Supremo, permaneceu como uma espécie de “reserva moral” do país. Agora, diante da impunidade do mensalão, o STF se revela uma instituição tão falida e viciada quanto todas as outras.

Joaquim Barbosa: igual aos outros

Com a descrença generalizada nos políticos, o presidente do STF, Joaquim Barbosa, passou a ser visto como uma espécie de justiceiro. Nas redes sociais, sua silhueta com a toga é comparada à capa de um super-herói, como um Batman na luta contra a corrupção. O fato de ter sido relator do processo do mensalão ajudou a projetar a sua figura e, hoje, o ministro é um dos mais citados nas pesquisas de intenção de voto para presidente, mesmo não sendo candidato.

Mas será que corresponde à verdade essa imagem que o ministro conserva? Infelizmente, Joaquim Barbosa é tão igual quanto os seus colegas do legislativo. Nepotismo, defesa de privilégios e irregularidades que tanto abundam do Congresso fazem parte da vida de Barbosa. A última dele foi a revelação de que comprou um apartamento de R$ 1 milhão em Miami, utilizando uma empresa de fachada.

Barbosa também defendeu o aumento salarial dos juízes do STF. De acordo com projeto de lei enviado ao Congresso por ele, o salário dos ministros passaria de R$ 28 mil para mais de R$ 30 mil. Como o salário do STF é o teto constitucional para outros vencimentos, esse aumento geraria um efeito cascata abrindo a porteira para aumentos também para os políticos.

Joaquim Barbosa foi envolvido ainda na farra do uso dos aviões e helicópteros oficiais para fins privados. O ministro do STF não tem um helicóptero à disposição para fazer as compras do mês no supermercado, como o governador do Rio, Sérgio Cabral, mas usou passagens institucionais do cargo, ou seja, dinheiro público, para ver o jogo do Brasil na Copa das Confederações.

Relembrando o mensalão

Sempre que o assunto vem à tona, ressurgem as surradas teorias conspiratórias sobre o “golpe das elites” e todo o discurso de vitimização do PT e do governo Lula. Em síntese, esse discurso, reproduzido até mesmo por uma folclórica seita da ultraesquerda, diz que o mensalão nunca existiu e que tudo não passa de uma urdida trama da direita para enfraquecer o Partido dos Trabalhadores.

Farta documentação reunida no processo pelo Ministério Público, porém, além do que foi reportado pela própria imprensa, mostram um esquema de corrupção, desvio de recursos públicos e compra de votos. E tudo isso para manter a “governabilidade” do PT em meio a uma frágil base aliada e aprovar projetos como a reforma da Previdência, a lei de Falências e todo um programa típico da direita. As denúncias, na época, surgiram, aliás, da própria base do governo, através do então deputado Roberto Jefferson.

É fato que há interesses envolvidos por trás das decisões do STF que culminaram nas condenações do mensalão, que passam bem ao largo do bem público. É fato também a política de boa parte da imprensa de desgastar o PT para ajudar seus aliados, ou seja, o PSDB e o DEM, nas eleições. É também fato que o mensalão mineiro, do PSDB, não foi tratado da mesma forma, muito pelo contrário.

Tudo isso, porém, não tornam o mensalão menos real. Foi um escândalo de corrupção que, sim, manchou a história do governo Lula e do PT. E o pior, para atender aos interesses que sempre foram da direita.

Repressão e autoritarismo para retomar as ruas

Polícia, governo e burguesia se unem para pôr um fim definitivo aos protestos

O ESTUDANTE VITOR ARAÚJO ficou cego do olho direito.

ARQUIBANCADA DO DESFILE de 7 de setembro, no Rio de Janeiro, ficou vazia após repressão.

Da redação

Passada a onda das megamanifestações que parava diariamente a rotina de várias capitais em junho, a polícia, os governos de diferentes níveis e parte significativa da imprensa põem em curso uma articulação informal para colocar um ponto final nos protestos que insistem em ocorrer. Para concretizar isso, o arsenal é grande. Repressão sistemática da Polícia Militar nos estados, criminalização do movimento nos jornais e leis típicas dos regimes autoritários constituem um perigoso cerco às manifestações e ao movimento como um todo.

BRUTALIDADE

O último 7 de setembro foi marcado por protestos populares em todo o país, que tiraram o foco dos desfiles oficiais do Dia da Independência. Além do Grito dos Excluídos, várias manifestações espontâneas foram convocadas pela internet, despertando o temor e a ira das autoridades. O esquema de segurança montado nas principais cidades chegou a esvaziar os desfiles oficiais, tamanho o contingente de PMs deslocados para acompanharem as manifestações.

A repressão policial não demorou a aparecer e foi o tom em capitais como Rio de Janeiro, Fortaleza, Salvador, Porto Alegre e Brasília, deixando um saldo final de 335 pessoas detidas nas principais cidades, sendo 77 só no Rio, segundo levantamento da Follha de S. Paulo. Levando-se em conta o grau de repressão e brutalidade policial exibidos nesse dia, esse número pode ser ainda maior.

No Rio, que chegou a contar com um contingente de 2 mil homens da PM e 1100 do exército, um senhor que atravessava a rua foi atropelado por uma viatura do PM. Caso parecido ocorreu em São Paulo, onde uma viatura chegou a andar vários metros com o manifestante preso ao pára-brisa. Na capital paulista, dois outros fatos graves mostraram o grau de brutalidade com que a PM foi à rua nesse dia. Um policial chegou a sacar a arma e efetuar disparos com bala de verdade para reprimir um ato. Os estilhaços feriram um fotógrafo, que teve que ser socorrido às pressas. No mesmo ato, uma bomba de efeito moral feriu o olho direito de um jovem cinegrafista de apenas 19 anos, deixando-o cego desse olho.

O vídeo de um capitão da Tropa de Choque do Distrito Federal virou símbolo da truculência policial. Após ser flagrado espirrando gás de pimenta contra manifestantes de forma absolutamente gratuita, o capitão responde, ao ser questionado pelos próprios manifestantes o porquê daquela ação tão truculenta: *"Porque eu quis"*. Em tom de deboche, o PM ainda desdenha: *"Pode ir lá denunciar"*, tendo certeza da impunidade. E, de fato, o capitão não só não foi repreendido como o governador do DF, Agnelo Queiroz (PT), fez questão de parabenizar a atuação da PM nesse dia.

Já em Belo Horizonte, a polícia de Anastasia (PSB) deteve 56 manifestantes, dos quais 15 permaneceram presos, tendo liberdade provisória só três dias depois. Um trecho da sentença do juiz não deixa dúvidas do caráter político das prisões, já que deixa os manifestantes *"proibidos de participar, pessoalmente ou através de redes sociais, de manifestações populares como as que vem ocorrendo no país nos últimos meses"*.

PRISÕES ARBITRÁRIAS

A prisão dos administradores da página do Black Bloc-RJ foi um marco nesse processo de escalada repressiva que não pode passar despercebido. Na madrugada do dia 4 de setembro, cinco jovens foram presos em casa pela Polícia Civil, que invadiu suas residências, detiveram os jovens e apreenderam todos os equipamentos eletrônicos encontrados. Três ficaram presos e foram levados a presídios, indiciados por *"formação de quadrilha armada"* e *"incitação ao crime"*. Eles só foram soltos no dia 9 com liberdade provisória.

Já em Recife, um jovem foi sequestrado pela polícia em casa, sem qualquer mandato ou identificação, e barbaramente torturado. Segundo ele, que teria sofrido golpes, chutes e choques, a polícia queria saber se ele era *"líder do Anonymous ou do Black Bloc"*. Várias denúncias semelhantes de sequestros, torturas e intimidações contra manifestantes estão sendo divulgadas nas redes sociais.

RETROCESSO AUTORITÁRIO

Se a polícia cumpre bem seu papel de reprimir as manifestações e os ativistas, a imprensa e os parlamentares não ficam atrás. Boa parte dos jornais se lançam numa intensa campanha para criminalizar os protestos, praticamente clamando às autoridades por mais repressão. Clamor que, esse sim, os parlamentares parecem ouvir.

A Assembleia Legislativa do Rio (ALERJ) aprovou por imensa maioria (64 votos contra apenas 12) o projeto que proíbe máscaras em manifestações públicas. Pela lei, sancionada pelo governador Sérgio Cabral (PMDB), quem for "flagrado" utilizando algum tipo de máscara em uma manifestação, será detido e encaminhado à delegacia. Só estão liberadas máscaras em eventos culturais que constam no calendário oficial.

Mais que isso, o projeto estabelece ainda a obrigatoriedade do aviso prévio às autoridades policiais para a realização de manifestações públicas. Qualquer ato terá que ser avisado com 48h de antecedência.

"Essa lei é frontalmente inconstitucional, o direito de usar máscara nunca poderia ser objeto de proibição", afirmou o advogado Aderson Bussinger, vice-presidente da Comissão de Direitos Humanos da OAB-RJ. *"Daqui a pouco vão proibir também as pessoas de usarem óculos escuros, capacetes"*, diz. Segundo o advogado, a OAB está fazendo uma ampla consulta a diversos juristas sobre a constitucionalidade da medida para definir que ações tomar. *"É uma situação absolutamente esdrúxula, inclusive porque não é a ALERJ que tem que definir o que é crime ou não, mas o Código Penal"*, explica, dizendo ainda que essa lei *"vai criminalizar mais ainda as manifestações e deixar as ações da polícia mais arbitrárias"*.

Outra lei apresentada pelo líder do PMDB, Eduardo Cunha, na Câmara dos Deputados, altera o Código Penal e aumenta a pena para dano ao patrimônio. Hoje, esse crime pode dar de um a seis meses de prisão, além de multa. O projeto do deputado aumenta isso para 8 e 12 anos, com multa, se praticado *"pela influência de multidão em tumulto"*.

Pela desmilitarização da PM

A série de abusos policiais e atrocidades, como a do assassinato do pedreiro Amarildo, recolocam com urgência a necessidade da imediata desmilitarização da PM, um entulho do período da ditadura. Por isso, além do completo rechaço às leis e medidas autoritárias que tentam acabar com os protestos, é necessário que o movimento levante a bandeira do fim da PM, por uma única polícia, civil, controlada diretamente pela população e a serviço de seus interesses.

LEILÃO DE LIBRA

privatização sem precedentes do governo do PT

DALMO RODRIGUES, de Santos (SP)

No dia 21 de outubro, o governo vai realizar a 12° rodada de licitações. Nela será licitado – isto é, vendido às grandes petroleiras - o campo de Libra, localizada nas águas profundas da Bacia de Santos.

Caso se concretize, o leilão de Libra será a maior entrega de petróleo da história do país. O governo do PT, que já havia superado o governo tucano de FHC no número de rodadas de licitação dos campos petrolíferos (foram cinco no PSDB e já foram seis no governo petista), decidiu ser ainda mais "ousado" neste ano, colocando em prática a maior privatização já vista; superior, inclusive, ao desmonte neoliberal feito por FHC nos anos 1990 de várias empresas estatais.

Para se ter uma ideia do tamanho deste crime, o campo de Libra é a maior descoberta de petróleo do país, feita com tecnologia e mão de obra exclusiva da Petrobras. No total, pode haver até 15 bilhões de barris de petróleo que representam, em valores, aproximadamente 1,5 trilhão de dólares (ou 3 trilhões de reais). E o governo espera arrecadar com este "passaporte premiado", em forma de bônus, apenas 15 bilhões de reais. Um presente e tanto para a burguesia internacional; um bolo envenenado para a Petrobras, que completa 60 anos de vida no próximo dia 3 de outubro.

Os leilões do petróleo são uma das faces mais obscuras de um processo lento e gradual de privatização da Petrobras. Em 12 anos de leilões, o governo FHC concedeu 484 blocos de petróleo, enquanto Lula concedeu 706, reduzindo a atuação da Petrobras e aumentando a fatia das empresas privadas. Embora tenha o controle da companhia, o governo atua como agente dos especuladores e acionistas ao intensificar as vendas de ações da empresa na Bolsa de Nova York.

Sob o governo Dilma, este crime está sendo aprofundando com a política de desinvestimento, que já colocou à venda ativos importantes da empresa como os campos de petróleo no Golfo do México (no valor de US$ 8 bilhões) ou na África. Além disso, internamente, está em curso a política do Programa de Otimização de Custos Operacionais (PROCOP), cujo resultado prático são jornadas de trabalho ainda maiores, assédio moral e menos investimentos em segurança, com o aumento consequente dos acidentes de trabalho. A categoria está há mais de 17 anos sem aumento real e a PLR do ano passado caiu pela metade.

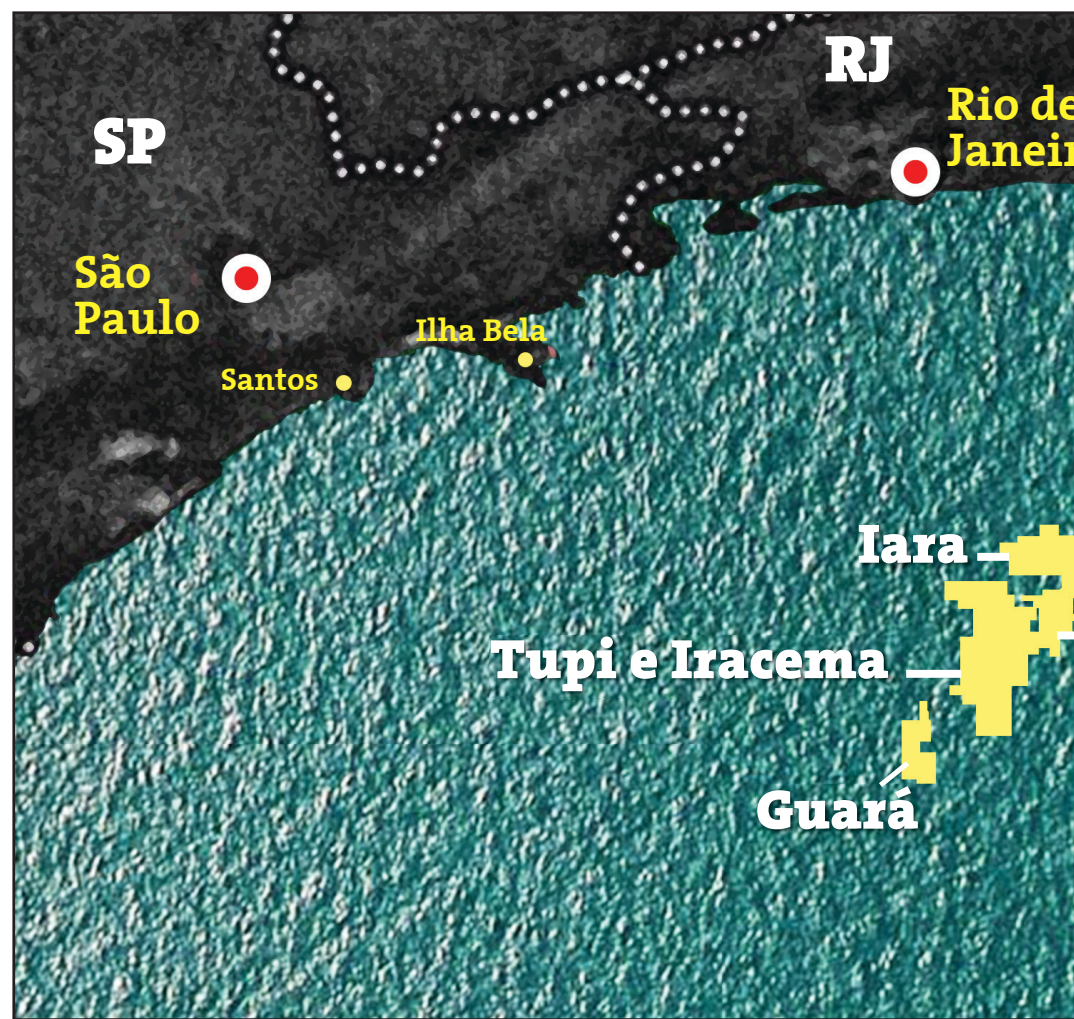
> Caso se concretize, o leilão de Libra será a maior entrega de petróleo da história do país

A terceirização também só cresce. O número de terceirizados subiu de 120 mil na era FHC para 300 mil no governo Lula e, agora, 360 mil com Dilma. Em maio de 2013, 81% da mão de obra era de terceirizados e apenas 19% eram funcionários diretos.

PSDB e PT

NEOLIBERALISMO AVANÇA

Leilões
FHC: concedeu 484 blocos de petróleo
Lula: concedeu 706

Terceirização
FHC: haviam 120 mil
Lula: 300 mil
Dilma: 360 mil

Petrobras: do nacionalism

DA REDAÇÃO

A Petrobras foi criada em meio a um intenso debate sobre a forma pela qual se exploraria o petróleo no Brasil. Em meio à manifestações e protestos da campanha "o petróleo é nosso", levada a cabo pela esquerda e setores nacionalistas, em 1953 a petroleira foi criada pelo governo Getúlio Vargas.

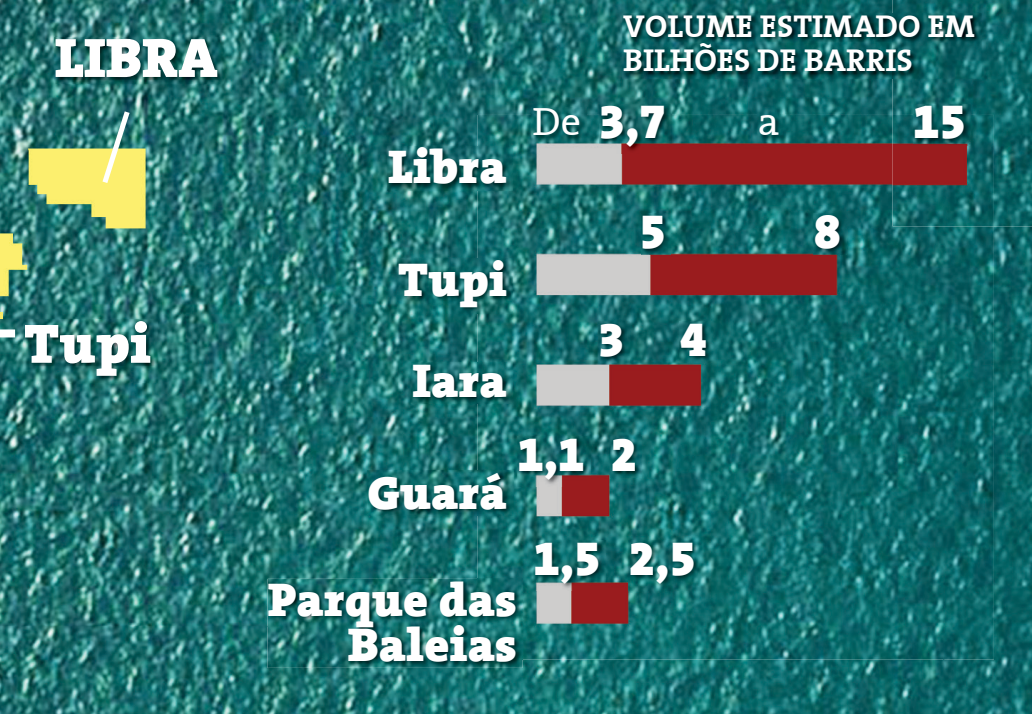
Rapidamente tornou-se uma das maiores empresas do setor, criando um corpo técnico capacitado e desenvolvendo pesquisas científicas para a indústria nacional. Hoje, o Brasil detém a mais avançada tecnologia do mundo na extração de petróleo em águas profundas.

Contudo, a empresa passou por profundas transformações no alvorecer da era neoliberal. Houve um processo de internacionalização da estatal, começando com a abertura do capital da empresa. Hoje, a maioria do capital da Petrobras (cerca de 60%) está nas mãos de investidores privados. O Estado tem apenas 32,8% das ações e a maioria do capital votante, o que permite o controle administrativo da Petrobras. A maioria das ações da Petrobras é negociada na Bolsa de Nova York, e toda a produção da empresa é voltada para engordar os bolsos destes acionistas.

Uma série de empresas do sistema Petrobras, como do petroquímico, foram privatizadas ou extintas. A empresa também perdeu o monopólio de extração do petróleo, o que abriu espaço para as multinacionais do setor. O novo modelo do setor de petróleo também exigiu a criação da Agência Nacional do Petróleo (ANP), que seria responsável, entre outras atribuições, pelas concessões às empresas interessadas em atuar nesse setor.

O resultado dessa política privatista foi o aumento da superexploração dos trabalhadores. A Petrobras chegou a ter 63 mil trabalhadores no início dos anos 1970, mas com a política privatista, baixou para 39 mil em 1998. Hoje, tem por volta de 70 mil contra mais de 300 mil terceirizados que recebem salários menores, trabalham mais horas e não possuem os mesmos direitos trabalhistas e sindicais.

Para ampliar o lucro dos acionistas privados, o governo FHC criou a política de "parcerias" da Petrobras com sócios estrangeiros. Áreas em que a estatal descobriu petróleo foram entregues para multinacionais por meio de leilões. Todo o petróleo extraído destas jazidas destina-se à exportação.

Ao invés de interromper a entrega do nosso petróleo, o presidente Lula deu sequência aos leilões.

...no ao ajuste neoliberal

Greve dos trabalhadores da Petrobras em 1989

Na prática, as "parcerias" transformam a Petrobras numa das maiores prestadoras de serviços do mundo à serviço das transnacionais petrolíferas do imperialismo.

A mudança do perfil da empresa também foi sentida pela população. Para garantir rentabilidade aos seus acionistas a Petrobras aplica preços internacionais no mercado interno, muito acima do custo de produção, penalizando a população, com o aumento do preço da gasolina e do transporte público, por exemplo.

POR UMA PETROBRAS 100% ESTATAL

Defendemos uma nova Petrobras, 100% estatal, o que significaria que a empresa seria integrada em toda a cadeia produtiva: exploração, produção, transporte, refino, importação/exportação, distribuição e petroquímica.

Uma Petrobras 100% estatal seria um instrumento estratégico de aplicação das políticas energéticas e da soberania nacional.

Além disso, com o monopólio estatal, o país poderia abaixar o preço dos combustíveis, pois sua lógica não estaria a serviço dos investidores estrangeiros. Essa medida faria baixar, principalmente, os combustíveis para os meios de transporte coletivos e de carga. E o gás de cozinha poderia inclusive ser distribuído gratuitamente para a população mais carente, de forma subsidiada.

Dilma, suspenda o leilão do petróleo

É preciso construir uma forte mobilização nacional contra os leilões do petróleo

DA REDAÇÃO

O dia 21 de outubro de 2013 vai ser um dia de luta do povo brasileiro. Será nessa data que o governo marcou a realização do leilão do campo de Libra, do pré-sal.

Para impedir a maior entrega de petróleo de nossa história, será preciso construir uma grande campanha para impedir o leilão. O petróleo é nosso, não vamos aceitar sua privatização.

O leilão de Libra será o primeiro no qual o governo vai vender aos investidores reservas de petróleo que já foram descobertas. Caso seja leiloada, o governo terá licitado, apenas em 2013, 590 blocos de petróleo.

A CSP-Conlutas vai realizar uma grande campanha contra o leilão. É preciso envolver sindicatos, movimentos sociais, trabalhadores e a juventude numa grande campanha para impedir a entrega do nosso petróleo. Desde já, é preciso criar amplos comitês de luta contra o leilão, nas escolas, bairros e fábricas. A CSP-Conlutas vai lançar também um jornal que será entregue à população, alertando sobre as consequências do leilão.

O objetivo é contruir uma ampla jornada nacional de mobilizações em todo o país nas vésperas do leilão com atividades em todos os estados, paralisação de refinarias etc. Vamos barrar esse leilão! O petróleo precisa ser nosso. É preciso exigir que Dilma suspenda os leilões de petróleo

Conquistar nossa soberania

Para conquistarmos uma verdadeira independência é preciso enfrentar as multinacionais e defender a Petrobras. Por isso, o PSTU defende:

- Uma Petrobras 100% estatal
- Retomada de todas as reservas de petróleo e extinção da Agência Nacional do Petróleo
- Nacionalização das petroleiras e distribuidoras que operam no Brasil
- Integração de toda a cadeia produtiva: exploração, produção, transporte, refino, importação e exportação sob o controle estatal
- Fim das terceirizações. Concurso público que leve em conta a vida funcional dos contratados pela Petrobras

Royalties do petróleo e educação

CLARA SARAIVA, DA JUVENTUDE DO PSTU

A luta pela destinação de 10% do PIB para educação é uma bandeira histórica dos movimentos sociais. A falta de investimentos adequados às necessidades da área é uma das mais importantes raízes da precariedade das escolas e universidades. Hoje ainda há 14 milhões de brasileiros analfabetos no país.

Dilma sancionou no último dia 9 a lei que prevê 75% dos royalties do petróleo para a educação. Em tese, nos próximos 10 anos o país chegará aos 10% do PIB investidos em educação. Essa é a meta do PNE do governo. Dilma e a UNE querem fazer crer que por meio da utilização dos royalties do petróleo será possível alcançar esse montante de investimento. Infelizmente isso não é verdade.

Os royalties são pagos pelas empresas que exploram recursos naturais teoricamente como uma forma de compensação pelos danos causados ao meio ambiente. Comparados aos lucros dos empresários, não são quase nada: representam de 5% a 10% da riqueza gerada. O resto fica com multinacionais como a Shell e a Chevron.

Além disso, a UNE e Dilma não dizem que em 10 anos, os royalties gerados pela exploração dos atuais poços de petróleo gerarão no Maximo 0,6% do PIB em... 2022, segundo um cálculo da Auditoria Cidadã da Divida. Ou seja, ficaremos ainda muito longe dos 10% direcionados à educação, visto que hoje os recursos investidos nem sequer ultrapassam os 5% do PIB.

Os royalties também pressupõe a venda das nossas riquezas, porque dependem de mais leilões do petróleo. A UNE que construiu sua história com a campanha "O petróleo é nosso" hoje defende um ataque à soberania nacional em nome de um investimento que nem sequer se aproxima de resolver os problemas da educação.

A Juventude do PSTU se soma à campanha da ANEL pelos 10% do PIB para a educação pública já, sem os royalties do petróleo, e na luta contra os leilões de outubro.

Espionagem dos EUA à Petrobras expõe entrega do petróleo nacional

DALMO RODRIGUES, de Santos (SP)

Em São Bernardo do Campo, cidade que abrigou importantes greves nas décadas de 1970 e 1980, Dilma Rousseff (PT) realiza um discurso contundente. O ano é 2010, período de campanha eleitoral para a presidência da república. O palco é o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC. Para uma plateia formada, principalmente, por dirigentes sindicais, a então candidata promete:

"Não permitirei, se tiver forças para isto, que o patrimônio nacional, representado por suas riquezas naturais e suas empresas públicas, seja dilapidado e partido em pedaços. Tenham certeza de que nunca, jamais me verão tomando decisões ou assumindo posições que signifiquem a entrega das riquezas nacionais a quem quer que seja".

Mais de três anos depois, eleita presidenta do país, Dilma se confronta com um fato que tem dominado o noticiário brasileiro: a revelação de que o governo norte-americano, por meio do NSA (agência de segurança dos Estados Unidos, na sigla em inglês), espionou - além da própria presidenta - a Petrobras. A motivação: econômica. Mais especificamente, informações sigilosas sobre o pré-sal brasileiro.

Não se sabe ao certo quais informações foram obtidas pelo governo de Barack Obama, entretanto já é possível afirmar que a estatal vem sendo espionada há bastante tempo. A rede privada de computadores da companhia foi invadida e os beneficiários diretos desta ação são, principalmente, as empresas americanas que disputarão o leilão do pré-sal no campo de Libra, em 21 de outubro.

As vantagens obtidas com informações sigilosas da Petrobras certamente caíram como uma luva à burguesia estadunidense, que possui forte peso na indústria do petróleo. Basta notar que os quatro maiores bancos dos EUA (Bank of America, JP Morgan, Citibank e Wells Fargo, juntamente com o Deutsche Bank, BNP, Barclays) são donos de quatro grandes petroleiras: Exxon-Mobil, Royal Dutch Shell, BP e Chevron.

REAÇÃO "DURA" DE DILMA OU SUBMISSÃO ÀS MULTINACIONAIS?

Em resposta às revelações do monitoramento norte-americano, Dilma emitiu uma nota oficial considerada "dura" pela imprensa, mas que a rigor não passa de retórica vazia. Num dos trechos, a presidente afirma que *"tais tentativas de violação e espionagem de dados e informações são incompatíveis com a convivência democrática entre países amigos, sendo manifestamente ilegítimas"*. Em outro trecho, diz que *"o governo brasileiro está empenhado em (...) exigir medidas concretas que afastem em definitivo a possibilidade de espionagem ofensiva aos direitos humanos, à nossa soberania e aos nossos interesses econômicos"*.

Evidentemente, nos colocamos frontalmente contra o monitoramento realizado pelo imperialismo norte-americano à Petrobras e à própria presidenta, assim como nos posicionamos radicalmente contra a invasão norte-americana à Síria (ver páginas 10 e 11). Sob o véu ora humanitário, ora antiterrorista, essas ações expressam o cinismo e o vale-tudo da política imperialista em todo o mundo.

Mas não podemos deixar de apontar as contradições do discurso de Dilma, porque foi sob o seu comando que a Agência Brasileira de Inteligência (Abin) monitorou, em 2012, os servidores federais em greve e, neste ano, os trabalhadores portuários durante as mobilizações contra a Medida Provisória (MP 595). A espionagem contra o movimento sindical também merece repúdio, pois representa o resgate de um dos expedientes mais usados pela ditadura militar brasileira - a mesma ditadura que prendeu e torturou milhares de companheiros e companheiras, dentre eles a própria presidenta Dilma.

Além disso, se efetivamente a presidenta estivesse disposta a defender a soberania do país, a primeira medida a ser anunciada pelo governo seria o cancelamento imediato do leilão de Libra, a maior entrega de petróleo já feita na história brasileira. Porém, Dilma já garantiu que nada muda em relação aos leilões, mostrando que o discurso em defesa da soberania nacional não passa de falácia. Em entrevista à grande imprensa, o Ministro de Minas e Energia, Edison Lobão, afirmou de maneira categórica: *"Não cancela o leilão. Não muda nada"*, disse.

Neste sentido, não é possível dar outro nome à reação de Dilma senão de "protocolar". Se por um lado é verdade que os EUA têm sérios interesses no pré-sal brasileiro, como sempre teve, por outro não é menos verdade que Dilma e o PT não estão criando nenhum obstáculo para que as pretensões do governo estadunidense ganhe terreno fértil. Pelo contrário, o governo petista tem atuado como um fiel parceiro do imperialismo na entrega de nossas riquezas às multinacionais parasitas.

Dilma, durante a campanha eleitoral

Com espionagem na Petrobras, não pode ter leilão!

Diante das informações divulgadas pela imprensa, os movimentos sociais e os trabalhadores petroleiros, que neste momento iniciam sua campanha salarial, incorporaram nas mobilizações contra o leilão de Libra a palavra de ordem "Com espionagem na Petrobras, não pode ter leilão".

Neste momento, é fundamental que todas as entidades de luta e ativistas se unifiquem em uma forte campanha contra o leilão de Libra - impulsionada na categoria petroleira pela Federação Nacional dos Petroleiros (FNP). A CSP-Conlutas e a ANEL, que desempenharam um importante papel nas jornadas de Junho e nos dias nacionais de paralisações, estão jogando suas forças na campanha contra o leilão do pré-sal e pelo monopólio estatal do petróleo, com uma Petrobras 100% Estatal sob controle dos trabalhadores.

As recentes mobilizações que tomaram conta do país e acuaram governos mostraram que é possível lutar e que é possível vencer. Mais ainda, nos mostraram que a única forma de barrar a entrega de nossas riquezas - cujos valores revertidos para o país são suficientes para garantir educação, saúde e transporte público de qualidade - é nas ruas, com mobilizações de massas.

Síria: uma polêmica no interior da esquerda

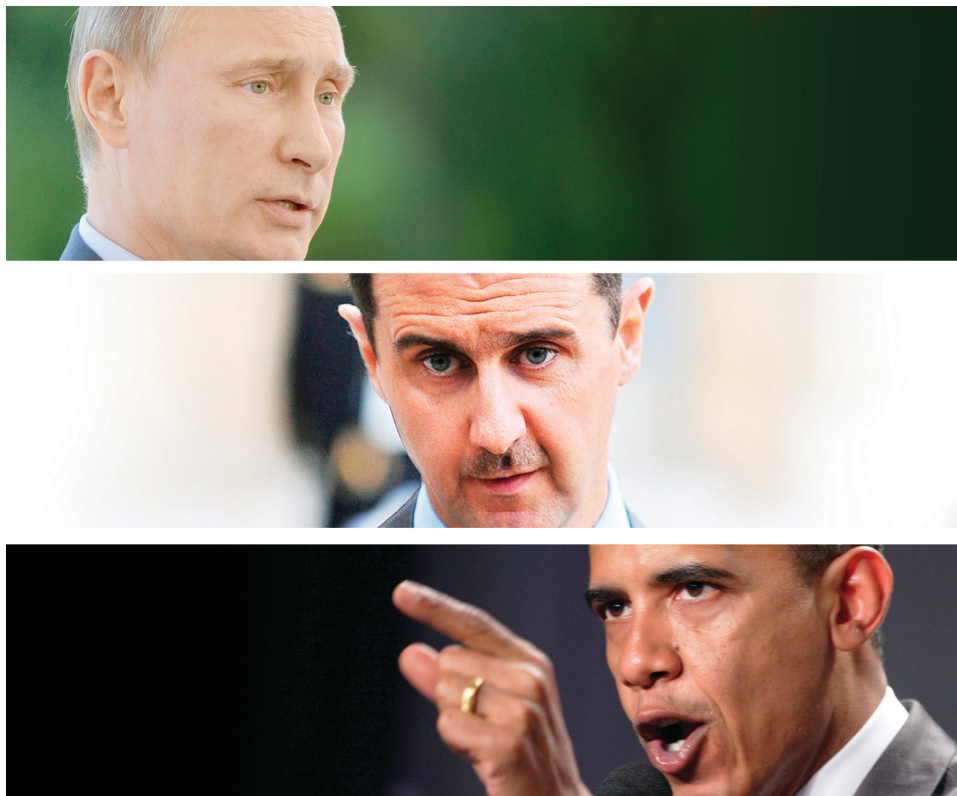
DA REDAÇÃO

Uma parte da esquerda não esconde sua defesa do atual regime de Bashar al-Assad. Diante da ameaça do bombardeio norte-americano, o ditador foi alçado por eles à condição de "antiimperialista". Quase todos levantam dúvidas sobre as bombas químicas lançadas pela ditadura síria, que assassinou milhares de civis. Outros responsabilizam agentes provocadores do imperialismo pela ação. Um exemplo lamentável dessa postura é o PCdoB que responsabilizou os "terroristas" pagos pela CIA por lançarem o ataque. Essa mesma versão pode ser encontrada em uma entrevista de Al Assad, lamentavelmente publicada no site do jornal "Brasil de Fato". Nela, Assad teve a coragem de chamar de "terroristas" e "vândalos" aqueles que ousam lutar contra sua ditadura sanguinária. E ainda disse que as imagens das crianças mortas pelos ataques químicos são uma mera "*jogada política que tenta legitimar uma intervenção militar*" do imperialismo. Esse último argumento do ditador também é repetido à exaustão pelos governos da Venezuela e de Cuba, aliados da ditadura síria.

Ora, nem a mais ingênua das almas pode acreditar nas palavras de um assassino cujas mãos estão sujas com o sangue de milhares de civis inocentes. Diante da ameaça imperialista e da proposta de negociação defendida pela Rússia, o próprio Al Assad teve que reconhecer a existência de seu arsenal químico que, até pouco tempo atrás, seus defensores diziam não existir.

Na prática, essas organizações defendem os massacres cometidos pela ditadura sobre o povo sírio. Lamentavelmente, ignoram o que realmente existe na Síria: uma guerra civil revolucionária, em que as massas pegaram em armas para resistir aos crimes da ditadura, ao terror, aos métodos de extermínio, prisões e assassinatos em massa, aos bombardeios e ao emprego de armas químicas contra a população. Em resumo, o que vemos na Síria é a luta armada entre dois campos: revolução e contrarrevolução. E parte da esquerda brasileira defende o campo da contrarrevolução síria.

O SUPOSTO ANTIIMPERIALISMO DE AL ASSAD

O suposto caráter "antiimperialista" de Al Assad é a grande justificativa desses setores para apoiar a ditadura síria. Para eles, Assad seria um bastião de resistência às investidas político- militares dos Estados Unidos e Israel na região. Essa caracterização se apoia em enfrentamentos entre o regime sírio e Israel, quando Hafez al–Assad, pai do atual ditador, se enfrentou militarmente com Israel, na Guerra do Yom Kippur, com o objetivo de recuperar os Colinas de Golan, perdidas para o Estado sionista em 1967.

Nos anos subsequentes, declarações contra o Estado de Israel e as intervenções do imperialismo ianque na região alimentaram a imagem "antiimperialista" do regime sírio. Contudo, a ordem interna era mantida com mãos de ferro, sustentada pelas Forças Armadas e por uma burguesia comerciante. O poderoso aparelho repressivo não hesitava em massacrar todos aqueles que ousassem questionar o regime. Em 2 de fevereiro de 1982, as Forças Armadas da Síria bombardearam a cidade de Hama para esmagar um levante popular comandado, sobretudo, por muçulmanos sunitas. A Anistia Internacional estima entre 10 a 25 mil pessoas assassinadas em Hama.

Os anos 90, marcados pelo ascenso do discurso neoliberal, revelaram os limites do nacionalismo burguês pan-árabe, fonte ideológica do regime Hafez. Assim como no Egito, outro país governado por um regime "nacionalista, a Síria também iniciou a aplicação de todo o receituário neoliberal, incluindo liberalização financeira e privatizações. Também voltou a ter relações com Israel e com os EUA.

Com a morte do pai, Bashar Al Assad assumiu o controle da ditadura e aprofundou o neoliberalismo no país. O resultado foi que a população síria era uma das mais pauperizada de toda a região, com 55% dos jovens desempregados e quase 25% da população analfabeta.

No plano internacional, o regime da Síria desenvolveu uma série de concessões no sentido de sustentar uma "convivência pacífica" com Israel. Antes da "primavera árabe" e dos protestos que varreram a Síria, o regime Al Assad era considerado uma "fronteira segura", tanto por Israel como para os EUA. Pouco depois de assumir a presidência dos EUA, Obama chegou a reabrir a embaixada norte-americana em Damasco. Em julho de 2009, seu enviado especial ao Oriente Médio, George Mitchell, destacou o papel "integral" que a Síria deve desempenhar na construção da paz na região. Al Assad, por sua vez, retribuiu se comprometendo a buscar "*um plano de paz para o Oriente Médio*".

Agora, com o vazamento dos documentos secretos norte-americanos, publicado pelo site WikiLeaks, foi possível descobrir que o governo sírio realizou prisões arbitrárias, tortura e assassinatos sistemáticos a mando da CIA, tudo em nome da "paz" do Oriente Médio. Tudo isso foi amplamente divulgado e publicado pela imprensa. Mesmo assim, os defensores da ditadura Assad insistem na mentira de que seu regime é "antiimperialista".

IMPERIALISMO *VERSUS* ASSAD?

Outro argumento bastante utilizado por essas organizações pró Assad é de que o regime sírio deve ser defendido contra uma agressão militar do imperialismo. A comparação com a invasão ao Iraque, em 2003, é inevitável. Esse argumento, porém, não é válido para a Síria, que apresenta uma conjuntura bem diferente ao Iraque de Sadam Hussein. Na Síria, uma guerra civil varre o país há quase três anos. A guerra civil contra Al Assad é produto das revoluções que varreram o Oriente Médio e a África do Norte, derrubando ditadores como Mubarak (Egito) e Kadafi (Líbia).

Hoje, o povo sírio luta contra um regime reacionário que não hesita em derramar sangue de seu próprio povo. Não se trata, de nenhuma maneira, de um regime antiimperialista, mas assassino e antipopular, que atende apenas a seus próprios interesses e busca a conciliação com os interesses imperialistas na região. Por outro lado, diferente do Iraque, o imperialismo não deseja derrubar o governo Assad, mas forçá-lo a uma negociação na qual o imperialismo possa restabelecer o controle sobre a região (leia páginas 12 e 13).

Isso não significa que um ataque do imperialismo não deva ser repudiado. Os trabalhadores e os povos de todo o mundo devem lutar contra qualquer agressão do imperialismo, mas sem apoiar o regime assassino de Al Assad.

É preciso defender a Revolução Síria contra Al Assad e dizer não à intervenção imperialista. A defesa da revolução é a defesa da luta dos explorados de todo o mundo contra o sistema capitalista e imperialista. Significa, portanto, que estamos contra o imperialismo norte-americano e europeu, e também contra seus agentes regionais israelenses; contra a intervenção da Rússia e da China, e também contra seus agentes regionais iranianos.

Por isso, é preciso defender incondicionalmente a revolução, apesar dos limites de sua direção política, que apresenta tendências vacilantes e conciliadoras. Por sua natureza burguesa, muitos dirigentes do Exército Livre da Síria defendem a intervenção militar do imperialismo. Um erro de proporções gravíssimas, pois o objetivo de qualquer intervenção militar do governo Obama é a estabilização da região, por meio de um governo subserviente, o que implica na derrota do processo revolucionário.

A força do processo revolucionário reside nas massas, isto é, na base das milícias, nos milhares de trabalhadores e jovens armados que combatem a ditadura com o apoio do povo sírio. A vitória ou a derrota da Revolução na Síria terá profundas consequências para toda região e para todos que lutam contra a opressão e exploração em todo o mundo. ■

A criminosa intervenção imperialista

LIGA INTERNACIONAL DOS TRABALHADORES - QUARTA INTERNACIONAL (LIT-QI)

Há poucas semanas a intervenção imperialista *"limitada e pontual"* sobre a Síria parecia iminente. *"Decidi que os EUA devem atuar militarmente na Síria"*, anunciava um Obama desafiador que, mesmo sem a cobertura da ONU e da OTAN, estava praticamente certo que a empreitada aconteceria ao menos com o apoio do Reino Unido –seu principal aliado– e da França.

Mas as coisas se complicaram e o ataque iminente se transformou numa operação incerta. No dia 29 de agosto, como raras vezes ocorreu na história, o parlamento britânico freou as intenções de um premiê (David Cameron) de atacar um país estrangeiro. Cameron, frente ao papelão internacional, não teve outra opção a não ser "acatar" a decisão da Câmara dos Comuns e, com isso, complicou ainda mais os planos que haviam sido anunciados com tanta pompa por Obama. De acordo com algumas pesquisas, apenas 25% dos britânicos apoiariam uma intervenção militar na Síria.

Na França, a partir deste fato, a oposição ao presidente Hollande começou a pressioná-lo para que qualquer tipo de decisão militar fosse aprovada pela Assembleia Nacional, algo sem precedentes em um dos países com maior peso presidencialista na Europa. O presidente francês, que mostrou interesse em participar de uma empreitada que pudesse melhorar suas posições no Oriente Médio e na arena internacional, sobretudo diante da saída de cena inesperada do Reino Unido, parece ter contornado esse obstáculo ao se manter firme frente à oposição e convocar um simples "debate extraordinário não deliberativo" no parlamento francês. No entanto, esses atritos lançaram um manto de dúvidas sobre a oportunidade dessa decisão, o que aumenta a pressão sobre Hollande.

Não é casual que Hollande tenha suavizado seus discursos e tenha procurado manter certa distância da contundência e pressa de seu homólogo norte-americano sobre atacar a Síria, esgrimindo argumentos como *"esperar o relatório da ONU sobre o uso de armas químicas"* ou a insistência em *"buscar o maior consenso internacional possível"*, ainda que Hollande esteja disposto, obviamente, a apoiar uma ação dos EUA. Na França, de acordo com pesquisas, 68% da população são contrários a um envolvimento militar de seu país na Síria.

Civil caminha por escombros na cidade de Allepo, no norte da Síria.

Para termos uma ideia do ponto em que chegaram as contradições entre as frações do imperialismo, até o papa Francisco se manifestou contra essa intervenção militar.

Foi nessas condições que Obama chegou à reunião do G-20, onde também não conseguiu um posicionamento favorável categórico a seus planos militares. Não saiu de mãos vazias, mas teve que se conformar com uma declaração assinada por uns 10 países (Espanha, França, Reino Unido, Alemanha, Itália, Turquia, Japão, Coréia do Sul, Arábia Saudita e Austrália) que propõe, em geral, que o regime de Assad receba uma *"resposta contundente"*, sem definir claramente "quando" ou "como".

AS DIFICULDADES DE OBAMA NO CONGRESSO NORTE-AMERICANO

Vendo seu arco de alianças cada vez mais reduzido, Obama anunciou no sábado, 31 de agosto, que submeteria sua decisão ao Congresso. Algo inédito, pelo menos na história recente, quando se trata de ações militares. Sem dúvida, trata-se de uma jogada arriscada, pois existe um amplo leque de interesses e um setor oposicionista forte no Capitólio, mas, ao mesmo tempo, é uma jogada hábil, pois lança o peso da decisão -com todos os seus custos políticos- sobre o Congresso. Por essa razão, a decisão de atacar ou não poderia demorar vários dias, pois os congressistas norte-americanos estão em recesso.

Apesar das declarações que tentam diminuir a importância da negativa britânica e apesar de Obama reafirmar que, se necessário, atuaria sozinho, a verdade é que se abriu uma incerteza nas altas esferas políticas.

Nesse marco, Obama começou uma série de consultas com os líderes parlamentares dos partidos republicano e democrata, John Boehner e Nancy Pelosi, respectivamente. Ambos declararam seu apoio, mas não garantem a disciplina total de suas respectivas bancadas.

Metidos em um beco sem saída, onde encalhou a questão da "credibilidade" da principal potência militar do mundo, John Kerry, secretário de Estado, faz declarações quase todos os dias com exortações inflamadas aos parlamentares: *"a credibilidade dos Estados Unidos está em jogo e o Congresso fará aquilo que é certo. Temos que demonstrar que este país está unido e atua unido em defesa de seus interesses"*, insiste o chanceler de Obama.

Até John McCain, conhecido senador republicano e opositor a Obama, somou-se a estes chamados dizendo: *"Se o Congresso recusasse uma resolução como esta, após o presidente dos Estados Unidos ter se comprometido a levar a cabo uma ação militar, as consequências seriam catastróficas"*, assegurou ao sair de uma reunião na Casa Branca.

Nesse vai e vem de consultas, à luz de toda a opinião pública mundial, vemos um Obama insistindo que seu objetivo na Síria será *"um ato limitado, reduzido à resposta que queremos dar"*, uma ação *"breve"*, que *"em hipótese alguma incluirá tropas terrestres"* e que não tem como objetivo *"derrubar"* Assad, mas sim *"debilitar a capacidade do regime"*. Kerry repete, na defensiva, que *"nossa resposta será incrivelmente pequena e limitada"*. Em síntese, todo o esforço do governo de Obama é convencer a opinião pública de que seu plano na Síria "não é como no Iraque".

Nos Estados Unidos, a maioria da população é contra uma nova aventura militar: só 9% apoiam as intenções do governo e 59% acham que o Congresso deve dizer "não" ao presidente. Ainda que fosse "comprovada" a utilização de armas químicas por parte da ditadura síria, só 25% respaldariam uma intervenção, segundo uma pesquisa do Washington Post.

UMA POSSÍVEL NEGOCIAÇÃO?

Com seus planos cada vez mais questionados, Kerry voltou a afirmar que *"apostam numa alternativa política"* e abriu uma porta que poderia significar uma possível negociação com o regime de Al Assad. Consultado sobre se existiria alguma possibilidade de frear o ataque à Síria, disse: *"Claro que sim. Poderiam entregar todas e cada uma de suas armas químicas à comunidade internacional ao longo da semana"*.

A Rússia, aliada da ditadura síria, rapidamente adotou essas palavras e transformou-as em uma possível "alternativa de paz". Apoiou a "proposta"

encontra dificuldades a cada dia

Civis empunham antiga bandeira da Síria, com a faixa verde, atual símbolo da resistência. Longe de promover fins humanitários, a intervenção militar do imperialismo causará mais dor ao povo sírio.

e seu ministro do Exterior, Serguei Lavrov, afirmou: *"Exortamos os dirigentes sírios a se colocar de acordo não só para por os arsenais de armas químicas sob controle internacional, mas também para destruí-los em seguida e também para se incorporar plenamente à Organização de Proibição de Armas Químicas"*.

Na oportunidade, o premiê britânico David Cameron declarou que essa saída *"seria um grande passo adiante"*.

O regime sírio, através de seu chanceler, Walid Mualem, disse: *"Escutamos a declaração do ministro Lavrov com atenção e saudamos a iniciativa"*.

Diante dessas declarações, um porta-voz da Casa Branca prometeu *"estudar minuciosamente"* essa proposta.

Evidentemente, este ir e vir não significa nenhuma garantia de que o imperialismo não atacará a Síria, inclusive à revelia de seu próprio Congresso. Mas propostas como essa podem lhe garantir uma "saída elegante" se, por algum motivo, for obrigado a suspender o ataque.

É POSSÍVEL DERROTAR A INTERVENÇÃO IMPERIALISTA!

Todos esses fatos demonstram as enormes dificuldades que o imperialismo encontra para intervir militarmente hoje no mundo, especialmente no norte da África e no Oriente Médio.

Isto se deve, sobretudo, à chamada "síndrome do Iraque", que se expressa na recusa de amplos setores de massas nos países imperialistas de que seus governos embarquem em novas e caras aventuras militares, consequência da derrota política e militar em que terminaram as últimas invasões do Afeganistão e do Iraque.

Ainda sobrevive, 10 anos depois, o impacto dos soldados mortos, as despesas bilionárias, os abusos e atrocidades cometidos contra as populações locais e -o que neste momento tem um impacto especial- o enorme fiasco que foi aquela invenção sobre as supostas "armas de destruição em massa" no Iraque. Em momentos de crise, quando tanto nos EUA quanto na Europa, os governos atacam direitos e cai o nível de vida da classe operária e do povo, novas aventuras militares são vistas como um desperdício absurdo de recursos cada vez mais escassos.

Esse sentimento das massas e a consequente rejeição contra a intervenção é um elemento muito progressivo, que deve ser estimulado até se transformar em oposição consciente, organizada e mobilizada contra os planos dos governos imperialistas de atacar outros países.

> O imperialismo não tem nenhum interesse humanitário na Síria, e sim intenções colonialistas e contrarrevolucionárias.

Daí o extremo cuidado, as idas e vindas dos governos das principais potências, para intervir militarmente na Síria e em outros países. Não é que não possam, não queiram ou não venham a intervir efetivamente. Mas o fato é que a ação militar não foi a primeira opção do imperialismo, sobretudo no meio do poderoso processo de revoluções que abala a região. O norte da África e Oriente Médio se transformaram em barris de pólvora, e os EUA sabem disso.

Insistimos: nada disso significa que o imperialismo esteja completamente impossibilitado de intervir. O mais provável é que intervenha. A questão é que isto se tornou bem mais difícil, tanto para iniciar a ação militar como para definir seus objetivos e duração. Está praticamente descartado, como o próprio Obama não cansa de repetir, que os EUA invadam a Síria com tropas terrestres. Não porque não queiram, não porque não tenham interesses, mas sim porque não têm condições políticas, correlação de forças favorável, para fazer isto. Esta dificuldade é produto da heroica resistência iraquiana e afegã, que derrotaram o imperialismo em uma guerra prolongada. É produto também do impacto que este fato causou sobre a população dos principais países imperialistas. Essa limitação do imperialismo mostrou ser muito importante para o desenvolvimento atual das revoluções no chamado "mundo árabe".

Agora é o momento para redobrar esforços e intensificar a oposição e manifestações contra os planos imperialistas de intervir na Síria, organizando mobilizações nos países imperialistas. Frear um ataque militar contra a Síria seria, sem dúvida, uma vitória do movimento de massas e um sério tropeço para Obama e seus sócios imperialistas.

Seria uma conquista do movimento de massas, pois essa intervenção tem o objetivo de tentar controlar e derrotar a revolução por dentro, para que os EUA e seus sócios possam estabilizar o país e a região. O imperialismo não tem nenhum interesse humanitário na Síria, e sim as mais vis intenções colonialistas e contrarrevolucionárias. Um ataque militar norte-americano, sem dúvida, causaria mais sofrimento e morte para o povo sírio, que há dois anos e meio vem suportando todo tipo de martírio.

É por isso que somos completamente contra a intervenção militar que Obama planeja e, ao mesmo tempo, denunciamos as próprias direções do campo rebelde, como as cúpulas do Exército Livre da Síria e do Conselho Nacional Sírio, que clamam por uma ação militar imperialista, o que significa abrir as portas para a contrarrevolução.

Ao mesmo tempo em que recusamos qualquer tipo de intervenção militar na Síria, precisamos fazer uma dura exigência a todos os governos do mundo para que rompam relações comerciais e diplomáticas com a ditadura síria e que enviem armas pesadas, medicamentos e todo tipo de ajuda material, sem imposições ou condições de qualquer natureza, às milícias rebeldes e aos Comitês Locais de Coordenação para que eles próprios possam derrotar o sanguinário ditador sírio.

A luta implacável contra os planos militares de Obama na Síria deve ser travada no marco de um apoio incondicional à causa da revolução síria e uma posição categórica a favor de uma vitória militar rebelde, levantando as palavras de ordem: Abaixo a ditadura de Assad! NÃO à intervenção imperialista! ■

Um encontro construído pela base

Avança a organização do 1º Encontro Nacional do Movimento Mulheres em Luta, nos dias 4, 5 e 6 de outubro

CAMILA LISBOA, de São Paulo

O 1º Encontro Nacional do Movimento Mulheres em Luta (MML) será uma nova oportunidade de reunirmos a juventude que foi às ruas em junho e a classe trabalhadora que fez greves e paralisações nos dias 11 de julho e 30 de agosto.

O Encontro do MML já está em marcha. Diversos estados estão realizando plenárias, pré-encontros e encontros estaduais. Os encontros têm sido momentos fundamentais de estruturação do Movimento Mulheres em Luta nos estados, além de alavancar a convocação das mulheres trabalhadoras para o Encontro Nacional. Porto Alegre, Curitiba, Belo Horizonte, Aracaju, Maceió, Juazeiro, Recife, São Luis, Natal, Teresina, Santos, Rio de Janeiro, São José dos Campos, Belém e Florianópolis já realizaram suas plenárias e encontros.

Em todos esses pré-encontros estiveram presentes mulheres trabalhadoras da construção civil, metalúrgicas, professoras, bancárias, funcionárias públicas, estudantes, petroleiras, donas de casa etc. Algumas das participantes são dirigentes de seus sindicatos e boa parte delas é formada por trabalhadoras da base, que provavelmente tiveram como primeira atividade política a participação nos encontros regionais.

Isso demonstra o efeito positivo de uma tática organizativa e de luta para mobilizar um setor da classe trabalhadora cuja organização é mais difícil: as mulheres trabalhadoras. Essa dificuldade existe não porque as mulheres sejam mais fracas e frágeis, mas porque somos mais exploradas e oprimidas.

UM ENCONTRO QUE VAI REUNIR AS LUTAS

Apesar dessa dificuldade, também é fato dizer que quando as mulheres trabalhadoras se mobilizam, as lutas ganham muito mais força. Esse é o exemplo que temos visto na greve da construção civil de Belém. Da mesma forma, acompanhamos a heroica greve da saúde do Rio Grande do Norte. A greve da Educação do Rio de Janeiro também é categórica no sentido de mostrar que as mulheres podem e devem estar à frente das mobilizações, o que confere uma força especial a essas greves e lutas. A força das mulheres jovens também foi visível nas massivas mobilizações na luta contra o aumento das passagens em junho.

Todas essas lutas estarão presentes no encontro, no primeiro final de semana de outubro.

Pará

CSP-Conlutas e sindicatos organizam o apoio ao encontro

Na última reunião da Secretaria Executiva Nacional ampliada, a CSP-Conlutas discutiu seu envolvimento na preparação do Encontro. É muito importante que os sindicatos entrem com força na construção política do Encontro Nacional, realizando atividades para fortalecer a convocação das mulheres de suas bases. O debate na reunião compreendeu que essa necessidade existe porque, além da importância do Encontro em si, e do fortalecimento do MML, a luta pela incorporação das mulheres nas atividades e nas direções sindicais é importante para o fortalecimento dos sindicatos e da própria CSP-Conlutas.

INICIATIVAS

Pelo país, as "Feijoadas do MML" têm sido as principais formas de arrecadação financeira. O MML continua se destacando pela independência financeira, buscando financiamento através de suas atividades e pela relação política com as entidades da classe. Isto é uma expressão de seu comprometimento político: apoiar-se apenas na luta das mulheres trabalhadoras.

O MML E A REORGANIZAÇÃO

A abertura de um novo momento de lutas no país permite dizer que há um enorme espaço para construção do Encontro na base das categorias e dos movimentos populares organizados. É por isso que a Executiva Nacional do MML estima a presença de 1.000 mulheres no Encontro. Uma grande demonstração da força do MML e das lutas das mulheres trabalhadoras.

O Encontro do MML é parte de um processo vivo de reorganização que foi incendiado pela retomada das lutas no país. É por isso que este encontro quer contar com a presença de entidades e organizações que protagonizam importantes debates sobre o processo de reorganização do movimento sindical, popular e estudantil. Em sua mesa de abertura, o Encontro vai contar com a presença de Lola, do Blog "Escreva, Lola, escreva", que ganhou repercussão nos embates com os comentários machistas dos comediantes Rafinha Bastos e Danilo Gentili.

PRESENÇA INTERNACIONAL

Está confirmada a participação de Soma Marik, ativista indiana, professora universitária que é parte da luta contra os estupros no país. Com sua presença, temos a expectativa de encaminhar uma grande campanha classista no Brasil e em nível internacional contra a violência às mulheres.

A VIOLÊNCIA DO ESTADO

Também está confirmada a presença de Elisabeth Gomes da Silva, esposa de Amarildo, o pedreiro da construção civil, morador da Rocinha que há dois meses está desaparecido e foi visto pela última vez sendo abordado pelos PMs da UPP da Rocinha. Elisabeth vai nos contar sobre sua luta, que virou uma luta de todo o país, e com isso demonstrar que o Estado brasileiro segue sendo muito cruel e racista com a classe trabalhadora, o que tem forte impacto sobre as mulheres trabalhadoras, principalmente negras.

Alagoas

Maranhão

Paraná

Rio Grande do Sul

São José dos Campos

Fortalecer um movimento classista, independente e de luta

ANA PAGU,
da Secretaria Nacional de Mulheres do PSTU

As lutas das mulheres em nível internacional têm ganho cada vez mais destaque, especialmente as que estão relacionadas à violência. Os estupros no Egito são escândalos internacionais. As mobilizações na Índia, contra a morte de uma jovem estuprada em um ônibus, resultaram em uma forte mobilização que se chocou com os governos e a polícia. Estas lutas ocorrem no contexto de uma crise econômica internacional, combinada com um ascenso importante dos trabalhadores europeus contra os planos de ajustes e da população do mundo árabe e norte da África contra as ditaduras.

O Brasil, desde junho, entrou no cenário internacional com as massivas mobilizações de junho e fortes paralisações e greves dos dias 11 de julho e 30 de agosto, convocadas pelas Centrais. Em todas essas lutas houve uma expressiva presença feminina. Mulheres que sairam às ruas nas mobilizações contra o aumento do transporte e, também, por direitos e salários. Os protestos seguem ocorrendo nas categorias em greve, nos movimentos por moradia e nos bairros. Ainda que mobilizações de rua massivas tenham diminuído, segue na ordem do dia a luta dos trabalhadores e, também, das mulheres trabalhadoras.

Os encontros e plenárias realizados em 14 capitais brasileiras, que prepararam o Encontro Nacional de Mulheres, somados aos atos contra o projeto do Bolsa-estupro e contra a violência sexista demonstram um efervescência das bandeiras das mulheres. Organizar as trabalhadoras partir de um referencial classista, definir as principais bandeiras para o próximo período, eleger uma direção para o MML e lançar uma campanha nacional contra a violência à mulher são parte dos desafios colocados para o Encontro na nova situação do país.

NOVA DÉLI, CAPITAL DA ÍNDIA, tomada por manifestantes contra a violência à mulher

DILMA E AS MULHERES

As estatísticas demonstram que as mulheres são a maioria da população brasileira e ocupam cada vez mais postos de trabalho no mercado de trabalho, especialmente os cargos precarizados. Ainda que sejam a maioria entre os que possuem diplomas universitários, continuam ganhando menores salários. Cotidianamente estão submetidas a uma bárbara situação de violência, que mata uma mulher a cada duas horas. As mulheres pobres e negras, que moram nas periferias mal iluminadas e que utilizam o transporte público são as principais vítimas de estupros.

O governo FHC, do PSDB, nunca adotou medidas para melhorar a vida das mulheres trabalhadoras brasileiras. Os governos do PT, e em especial de Dilma, foram recebidos com esperança por muitas trabalhadoras. Em dez anos de mandato, houve muitas iniciativas, mas a opção política de governar em defesa dos interesses da burguesia e dos grandes empresários contrasta com a aplicação de políticas que de fato garantam condições de vida para as trabalhadoras. Um grande exemplo é a Lei Maria da Penha que após 7 anos, não saiu do papel por falta de recursos.

Os discursos do governo e da ONU para acabar com a violência à mulher se baseia na teoria do "empoderamento", defendendo que as mulheres, ao assumirem postos de poder, podem se libertar da opressão machista, mesmo dentro do sistema capitalista. A maior autonomia das mulheres é uma condição importante para que elas rompam com sua condição de opressão; entretanto, a luta pela nossa libertação só pode se dar de forma coletiva, tendo como perspectiva o fim da sociedade de classes. O empoderamento é o oposto da libertação das mulheres trabalhadoras. É a teoria de poder de gênero em oposição ao poder de classe.

A Marcha Mundial de Mulheres também defende a "teoria do empoderamento" como saída para as mulheres. Entre os dias 25 a 31 de agosto foi realizado um Encontro Internacional, no Brasil, que reuniu 1,6 mil mulheres. O resultado do encontro foi a aprovação de uma carta-programa que reafirma uma saída "feminista", desvinculada de uma saída para o conjunto da classe trabalhadora. Não há o reconhecimento de que elas entre as próprias mulheres há interesses de classe antagônicos, e que a libertação das mulheres só pode se dar em uma sociedade em que nós não estamos divididas pela classe. Não há críticas ao plano econômico do governo Dilma, que contribui para manter a desigualdade entre as mulheres, e tampouco ao seu silêncio quanto ao projeto do "Bolsa-Estupro". Há críticas ao capitalismo, mas um silêncio sobre a estratégia de uma sociedade socialista.

OUTRO PROJETO

O Movimento Mulheres em Luta tem outra tarefa: reafirmar um projeto de organização classista para as mulheres, um posicionamento de oposição ao governo Dilma e, principalmente, afirmar que a saída para as trabalhadoras está na unidade estratégica com a luta de nossa classe, cujo fim é uma sociedade sem classes, uma sociedade socialista.

A reunião de mulheres trabalhadoras e da juventude, com as diversas formas de organização da classe, do movimento sindical ou popular, assim como a reunião de lutas internacionais e expoentes das lutas e da reorganização aqui no Brasil, apontam para um Encontro com muita força, que deve estar a serviço da construção de um movimento independente dos governos e dos patrões.

O machismo é uma ideologia que divide e enfraquece a classe trabalhadora e, por isso, cada vez que essa ideologia é combatida de forma consciente e organizada e, ao mesmo tempo, associada permanentemente às lutas contra a exploração das mulheres trabalhadoras, golpeamos o sistema capitalista, golpeamos o lucro dos patrões, golpeamos os governos e fortalecemos a luta da classe de conjunto.

Neste Encontro, é necessário aprovar um programa que responda às necessidades das trabalhadoras, do ponto de vista dos salários, direitos, condições de saúde, moradia e transporte. É preciso colocar na ordem do dia a luta contra a violência, que imediatamente passa por exigir do governo o veto ao Bolsa-Estupro e a ampliação e aplicação da Lei Maria da Penha. O Encontro deve lançar uma campanha nacional, que não se limite a exigir dos governos, mas que denuncie o sistema e todo o Estado violento, que faz vítimas todos os dias entre milhares de trabalhadoras. ■

É hora de conquistar o passe-livre em Natal!

AMANDA GURGEL em aula pública da ANEL.

GÉSSICA RÉGIS, de Natal (RN)

A luta pelo passe-livre segue em diversas capitais do país. Nos próximos dias, o projeto deve ir à votação na Câmara dos Vereadores em Natal (RN). Nas últimas semanas, a juventude dessa cidade tem feito uma campanha massiva para debater com a sociedade o projeto proposto pela vereadora Amanda Gurgel (PSTU) em parceria com a Assembleia Nacional dos Estudantes- Livre (ANEL).

O TRANSPORTE PÚBLICO EM NATAL

As cidades brasileiras vivem um verdadeiro processo de privatização: a lógica neoliberal vigente nas últimas décadas tem destruído empresas públicas e transformado serviços essenciais (como o fornecimento de energia e água), em fonte de lucro para grupos empresariais nacionais e estrangeiros. Os transportes públicos são uma das áreas em que, talvez, sejam mais gritantes os efeitos dessa lógica, já que afeta o direito tão elementar de ir e vir.

Em Natal, a pesquisa Origem-Destino (2007) mostrou que 41% da população se deslocava a pé por não ter como pagar o preço abusivo da tarifa. Se considerarmos que 5,7% se locomoviam de bicicleta, chegamos a um número superior aos 40% que utilizavam como transporte ônibus e vans.

A maior prova é que, desde 2011, estouraram lutas contra o aumento do preço da passagem. No ano passado, manifestações de milhares de pessoas, em sua maioria jovens, obrigaram a prefeita Micarla (PV) e os vereadores a desistirem do aumento de R$ 2,20 para R$ 2,40. Em 2013, animada pelas Jornadas de Junho, houve nova onda de manifestações e a juventude obteve nova vitória, obrigando o prefeito Carlos Eduardo (PDT) a recuar do aumento.

Mas o problema do transporte público vai muito além da questão do preço da passagem. Por isso, a juventude de Natal continuou mobilizada e, após a primeira vitória, mostrou que queria mais.

UMA GRANDE CAMPANHA POPULAR PELO PASSE-LIVRE

Durante o mês de agosto, a ANEL promoveu uma ampla movimentação pelo passe-livre em diversas partes do Brasil. Foram quase 20 ocupações de câmara e muito debate com a população. Em Natal, a entidade elaborou um esboço de projeto de transporte gratuito para estudantes e desempregados, logo encampado pela vereadora Amanda Gurgel (PSTU), e foi às ruas colher assinaturas para pressionar pela votação em regime de urgência na Câmara.

O projeto de Lei do Passe-Livre (nº 98/2013) proposto por Amanda e apoiado por dois vereadores do PSOL, foi o tema de uma audiência pública no dia 5 de setembro. Nesse dia, estudantes e trabalhadores lotaram a galeria da Câmara Municipal. E mostraram todo o apoio popular que a ideia tem: tinham em mãos 8.361 assinaturas pelo passe-livre, que foram entregues à Presidência da Casa. Logo o ambiente foi tomado pelo grito de *"Prefeito, não tem mais jeito! O passe-livre é nosso direito!"*.

No dia 10 de setembro, Amanda e a ANEL foram à UFRN divulgar o projeto. Durante toda a manhã, a professora percorreu setores da Universidade, entregou panfletos que explicam a proposta e conversou com estudantes, professores e demais trabalhadores. *"Nosso mandato está a serviço das lutas e dos direitos dos trabalhadores e da juventude. Por isso, queremos mobilizar a população para pressionar a Câmara a aprovar o projeto. O passe livre no transporte é uma necessidade e um direito, assim como saúde e educação"*, destacou a vereadora.

No dia 12, houve uma aula pública em uma praça central da cidade, reunindo dezenas de estudantes secundaristas de escolas próximas. Participaram da exposição as estudantes Maria Letícia, da escola Padre Miguelinho; Lorena Vidal, da ANEL; o pesquisador do Instituto Latino Americano de Estudos Socioeconômicos (ILAESE), Nazareno Godeiro, que falou sobre o financiamento da proposta, e um representante do Movimento Passe Livre. A ideia é que a gratuidade, que deve custar cerca de R$ 70 milhões ao ano, seja garantida por um percentual dos lucros dos empresários (Seturn) e por recursos públicos.

É HORA DE CONQUISTAR O PASSE-LIVRE!

A luta ainda não acabou. Na semana que vem, o projeto de Amanda deve ser votado em regime de urgência na Câmara. Trata-se de um momento importante para o movimento no país inteiro, porque a conquista pode impulsionar ainda mais as lutas no resto do país, a começar pelo Nordeste. Mais do que nunca, é hora da juventude natalense parar escolas e universidades e fazer muita pressão sobre os políticos pela aprovação do projeto.

ABAIXO-ASSINADO COM 8.361 assinaturas pelo passe-livre é entregue ao presidente da Câmara de Natal.

Reviravolta: secunda organizado pra fazer revolução!

LETÍCIA BENETTI, de São Paulo, e
MATEUS ANASTACIO, do Rio de Janeiro

Desde junho, há muitos secundaristas nas ruas e elas têm nos ensinado bem mais que a escola. A lição é que para transformar de verdade o Brasil temos que lutar por mudanças radicais. Já estamos na luta pelo passe-livre, junto aos professores por melhores condições de ensino, contra as opressões e queremos mesmo virar o mundo do avesso!

No capitalismo, não podemos ser quem somos: a escola, a televisão, a família, todos querem nos dizer como devemos falar, andar, amar... Mas sabemos que isso de ser exatamente aquilo que a gente é ainda vai nos levar além e lutamos pelo socialismo.

Por isso começamos a organizar nossa revolta construindo o movimento Reviravolta com alunos do ensino médio que participam da ANEL no Rio de Janeiro, São Paulo, Pará, Rio Grande do Sul, Alagoas e vários outros estados. Ao lado da classe trabalhadora, secunda ainda vai fazer revolução. Participe de nossas reuniões e acesse nossa página no Facebook: Reviravolta.